

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 7 de junho de 2022 - Ata n.º 52.

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Deputado **Tercílio Turini** (na função de Presidente), secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **52.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos desta terça-feira. Convido o 2.^º Secretário a proceder à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 51, de 6 de junho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Em discussão a Ata. Ninguém querendo discutir. **Ata aprovada. Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Senhoras Deputadas e Sr.^s Deputados, por proposição do Presidente desta Casa, Deputado Ademar Traiano, e do Deputado Marcio Nunes, o Grande Expediente de hoje está destinado para homenagear os 88 anos do Crea-PR, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, com a presença do Sr. Ricardo Rocha de Oliveira, Presidente da entidade. Nesta ocasião, será lançada a Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências,

Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná. Anunciamos e agradecemos a presença neste evento do Sr. Clodomir Luiz Ascari, Vice-Presidente do Crea-PR, do Sr. Luiz Guilherme Grein, Engenheiro Ambiental, Coordenador do Colégio de Entidades Regionais, do Sr. Brazil Alvim Versoza, Engenheiro Eletricista, Diretor do Crea, do Sr. Gilberto Dias de Melo, Engenheiro Eletricista, Coordenador do Colégio de Inspetores, do Sr. José Abramo Marchese, Engenheiro Agrônomo, Coordenador do Colégio de Instituições de Ensino, do Sr. Ayrton Pontes, Engenheiro Mecânico, Coordenador da Comissão de Coordenadores Crea-PR, do Sr. Euclésio Manoel Finatti, Engenheiro Civil, Assessor Presidente do Crea-PR, do Sr. Marcos Domakoski, Presidente da Fundação Copel, da Sr.^a Patricia Gianinni, Assessora de Comunicação do Crea, do Sr. Renato Pereira, Coordenador de Ciência e Tecnologia, representando o Secretário Estadual da Seti Aldo Bona, do Sr. Nilson Hanke Camargo, Engenheiro Agrônomo da Faep, do Sr. Nelson Luiz Gomes, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, do Sr. Ricardo Hirodi Toyofuku, Presidente do Sistema Secovi-PR. Neste momento, concedemos a palavra ao Deputado Marcio Nunes, um dos proponentes da homenagem.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Marcio Nunes e Sr. Ricardo Rocha de Oliveira.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Vice-Presidente da Assembleia Legislativa presidindo esta Sessão do Grande Expediente hoje, Tercílio Turini, nosso 1.^º Secretário Romanelli, nosso Gilson de Souza, nosso Deputado, companheiro. É uma satisfação muito grande poder estar aqui cumprimentando o Ricardo, Presidente do Crea, cumprimento todas as autoridades aqui presentes, cumprimento todos que estão aqui na galeria nos acompanhando, pessoal do Crea, engenheiros, arquitetos e afins, os professores que também estão aqui presentes, aposentados, é uma satisfação muito grande. O uso do Grande Expediente na tarde de hoje é para comemorarmos os 80 anos do Crea e a criação da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável, que se justifica em virtude da necessidade do fortalecimento das entidades de classe, instituições

de ensino, empresa, profissionais registrados e estudantes. É fundamental que esses atores cumpram efetivamente o seu compromisso de realizar processos eficazes, promovendo os recursos necessários para assegurar a melhoria das suas atividades. Também propiciando segurança e qualidade de vida à população, sempre orientados pelos princípios da administração pública, com foco na agilidade e na superação da expectativa dos cidadãos paranaenses. Isso é muito importante: sempre superar as expectativas. “O bom planejamento e a execução das obras, serviços e infraestrutura possibilitam o desenvolvimento da economia paranaense nos mais diversos setores. O surgimento de programas do Governo Federal, do Governo Estadual tem promovido a concretização de obras de infraestrutura e desenvolvimento em áreas prioritárias do Estado do Paraná. Porém essas inserções de infraestrutura logística, transporte, saneamento, dentre outras, remete à discussão de projetos amplos que integrem as mais diferentes modalidades profissionais da engenharia, agronomia e das geociências: fundamentais para possibilitar as condições de desenvolvimento necessário para o Estado do Paraná. A Frente terá como objetivo as discussões políticas nas áreas de: segurança de barragens, fiscalização e aprimoramento técnico-profissional na área de diagnóstico, prescrição e uso de agroquímicos, engenharias, agronomia e geociências públicas, segurança alimentar, recursos hídricos, desastres naturais, territórios, planejamento urbano e regional, acessibilidade e mobilidade urbana, eficiência energética, energias renováveis, segurança do trabalho, prevenção de incêndios e sinistros, inspeções e manutenções prediais; eficiência no planejamento, execução, fiscalização e controle das obras públicas; ampliação e aperfeiçoamento do quadro técnico de profissionais das áreas da agronomia e geociências no Estado do Paraná. Por fim, pensando no futuro do Estado e na necessidade de melhor utilização dos recursos naturais por meio da implantação de novas tecnologias, boas práticas e atendimento aos princípios básicos da economicidade e eficiência com os recursos públicos, em razão da importância da atuação do setor público para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento, fornecendo elementos que contribuam com os atuais e futuros planos do Governo do Estado e governos municipais, propõe-se a criação da Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná. Assinam os Deputados: Marcio Nunes, Luiz

Claudio Romanelli, Bazana, Plauto Miró, Tercílio Turini, Artagão Junior, Reichembach, Jonas Guimarães, Maria Victoria, Guto Silva, Nelson Luersen, Cobra Repórter, Delegado Jacovós e Francisco Bührer.” Gostaria de convidar os demais Deputados que também pudessem assinar esse importante ato. E aqui, dentre as engenharias que são muitas e muitas áreas, gostaria de destacar algumas. Primeiro vou destacar a Agronomia. Sou Engenheiro Agrônomo de profissão, formado já há 36 anos e a engenharia da agronomia é muito importante, mas a engenharia que compõem todo esse arcabouço. A engenharia é a aplicação do conhecimento científico, econômico, social, prático, com o intuito de inventar, desenhar, construir, manter e melhorar as máquinas, os aparelhos, sistemas, materiais e processos”. Os profissionais da engenharia, sejam os engenheiros químicos, engenheiros ambientais, engenheiros florestais, engenheiros elétricos, eletrônicos, eletricistas etc., são parte importante e integrante da nossa sociedade paranaense. Na Agronomia, como dizia, responsável pela gestão ambiental e abraçada pelas Ciências Agrárias, sendo multidisciplinar, que inclui uma série de outras ciências. Lembrando que a Agronomia surgiu da agricultura de subsistência, aquela que se fazia necessária para que as pessoas permanecessem em um determinado local. Mas, logo à frente, a economia de mercado, a ampliação da população mundial que praticamente dobrou nos últimos 50 anos e a população do Brasil, que dobra – nos últimos 50 anos éramos 90 milhões de habitantes no ano de 1970 e hoje somos 220 milhões de habitantes –, portanto a Agronomia se fez necessária para poder fazer com que pudéssemos garantir a segurança alimentar. E, por fim, um conceito que acredito que seja dos mais importantes: que é o da Geociência ou a Ciência da Terra, que é um termo abrangente aplicado às ciências relacionadas ao Estudo da Terra. Isso demonstra com muita clareza que muitas disciplinas como a Física, Geografia, Matemática, Química, tudo isso se aprofunda nesse trabalho. E aqui, Ricardo, fico muito feliz, hoje, por ter criado e ajudado criar com o Governador Ratinho Junior, com o apoio do Crea, com o apoio do Instituto de Engenharia do Paraná, com o apoio do Movimento Pró-Paraná e de boa parte da sociedade paranaense, termos criado a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, que, sem dúvida nenhuma, é um marco histórico na História do Brasil. O Estado que você procurar, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, você não vai

encontrar uma Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo. É uma Secretaria única, que surgiu com a finalidade de trazer o equilíbrio. O equilíbrio entre crescimento, desenvolvimento, geração de emprego, renda, melhoria da vida das pessoas, turismo; cuidar do meio ambiente, recuperar o meio ambiente e preservar o meio ambiente – tudo isso ao mesmo tempo. Isso foi conseguido. O Paraná é o Estado que mais cresceu no Brasil, mais gerou emprego com carteira assinada, mas, por outro lado, foi o Estado que mais cuidou, mais recuperou e mais respeitou o meio ambiente. Por isso temos dois prêmios: um prêmio de nível nacional, que é um prêmio de competitividade entre os Estados que o Paraná foi eleito n.º 1, o primeiro colocado no desenvolvimento sustentável do Brasil. E o segundo prêmio, um prêmio da ONU, um reconhecimento da OCDE que diz que o Paraná é o Estado que tem as melhores práticas ambientais do Brasil. Então, foi possível o crescimento com o cuidado do meio ambiente. E aqui, Ricardo, dizer do trabalho importantíssimo do Crea, que faz um trabalho muito importante de fiscalização que é o que norteia realmente toda a base de construção do Estado do Paraná: sempre com muita segurança, com muita firmeza, porque temos uma fiscalização muito firme do Crea, além da orientação aos seus técnicos, seus profissionais, às pessoas que estão se formando e, principalmente, a grande preocupação e a criação dessa Frente Parlamentar que se dá por muitas coisas, mas quero citar um exemplo: quando me formei em Engenheiro Agrônomo, há 36 anos, formávamos, Ascari, 200 Engenheiros Agrônomos no Paraná por ano. Hoje, no Paraná, formamos mais de 2 mil engenheiros agrônomos por ano. E assim são os engenheiros químicos, elétricos, eletricistas, florestais etc. Então essa moçada que vai se formando, vai trabalhar onde? Só tem um lugar para trabalhar: no desenvolvimento sustentável. Hoje a engenharia é responsável justamente por isso, para poder criar as soluções, as saídas estratégicas para que possamos fazer as intervenções que são necessárias. Possamos trazer o crescimento necessário, mas, com muito cuidado e com muito respeito ao meio ambiente. É assim que temos nos comportado e é assim que vamos nos comportar. Por isso, parabéns, hoje, pela criação da Frente Parlamentar da Engenharia, da Agronomia, Geociências, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável. E

parabéns ao Crea pelos seus 88 anos! Muito obrigado. Felicidades. Fiquem com Deus. Estamos juntos. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrarmos a visita dos alunos dos cursos de Técnico em Administração Integrada ao Ensino Médio e Tecnologia em Processos Gerenciais do Instituto Federal do Paraná, acompanhados pela Coordenadora do Curso, Sr.^a Leila Souza, pelas Professoras Aline Coletto e Janaina Seguin e do Professor Cícero José Albano. Obrigado pela visita! Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Ricardo Rocha de Oliveira, Presidente do Crea-PR.

SR. RICARDO ROCHA DE OLIVEIRA: Boa tarde a todos! Quero cumprimentar a Mesa da Assembleia na pessoa do seu Presidente em exercício, o Deputado Tercílio Turini. Deputado, também quero agradecer muito toda acolhida que o Presidente Ademar Traiano fez conosco, marcando esta data e aceitando comemorar os 88 anos do Crea, nesta oportunidade, aqui na Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar o Deputado Romanelli e, em seu nome, estender a todos os demais. E registrar ao Deputado Marcio Nunes o agradecimento, Marcio, por você ter aceitado o desafio aí de, com o Deputado Traiano, fazer essa comemoração dos 88 anos. Em especial, na sua pessoa, hoje, o Marcio Nunes aqui é o nosso profissional do sistema, que nos representa, é engenheiro agrônomo, e você ter aceitado liderar aí a Frente Parlamentar que está sendo criada hoje, neste momento em que comemoramos os 88 anos. Então, Marcio, em seu nome, também, quero agradecer a todos os Deputados, o Deputado Tercílio Turini é um deles, e aos demais que acolheram as nossas comitivas nas várias regionais, nas várias cidades, fazendo também um preparativo deste evento de hoje. Quero mencionar aqui todos os nossos profissionais presentes, os coordenadores dos nossos colegiados, a nossa diretoria do Crea Paraná, coordenadores das entidades de classe, associações de ensino, dos inspetores. Quero registrar aqui a minha Diretora Financeira, mulher que está com a chave dos recursos do Crea, Maria Cristina. Em nome dela, parabenizar todas as mulheres. Neste dia 23 de junho teremos o *Dia da Mulher na Engenharia, Dia Internacional da Mulher na Engenharia*. Então, muito obrigado! Quero fazer também um registro

especial. Dentro dessa história, sempre os Presidentes muito contribuíram e a minha frente aqui, não vou citar todos, mas estamos com a nossa fantástica bancada de todos os Presidentes de gestões anteriores. Então, muito obrigado pela presença de vocês! Que bom que vocês estão conosco aqui neste dia. Este é um momento, Presidente, que ficará marcado na história do Crea Paraná. No mês em que a nossa autarquia comemora 88 anos, ela privilegiou, Marcio, estar aqui na Casa dos representantes. Podíamos pensar em outra maneira de fazer, mas nesta oportunidade entendemos que a Casa do Povo do Estado do Paraná era o local para fazer essa comemoração, propondo uma ação conjunta, que tem como objetivo maior o bem-estar, a segurança e a longevidade sustentável do nosso povo, termo que você conhece bem, Marcio. É um passo importante que o Crea Paraná está dando para o futuro do Estado e ele quer fazer isso com a Assembleia e seus representantes aqui presentes. As profissões afetas ao nosso sistema chamado sistema Confea/Crea trazem em seu DNA a expertise para aplicar ferramentas modernas, que permitem melhorar a eficiência da administração pública, a utilização eficaz dos recursos públicos e, consequentemente, o desenvolvimento sustentável do campo e das cidades, para que elas sejam mais justas e mais humanizadas. A existência de um Conselho que normatize e fiscalize a atuação ética e habilitada das nossas profissões, somadas a uma gestão pública que reconheça, valorize e usufrua de suas contribuições técnicas e dos seus especialistas é o segredo, Marcio, do futuro sustentável. Os nossos profissionais têm que estar presentes nisso. E este é o assunto desta tarde tão especial e tão necessária: a criação dessa Frente Parlamentar das Engenharias, da Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná. Colocamos este nome, Marcio, não é, muito especialmente aí com a tua marca do desenvolvimento sustentável. A Frente vem com o propósito de criar um canal mais institucionalizado, sistematizado e permanente de relacionamento com esta Casa aqui, com a Assembleia, de forma a ampliar o diálogo e as contribuições dos nossos profissionais na formulação das importantes políticas públicas e, em especial, criar um ambiente de colaboração na proposição e tramitação de Projetos de Lei relacionados aos exercícios das nossas profissões. Atrelados a esta propositura da Frente, os Parlamentares desta Casa estão recebendo um documento. Marcio, está aqui muito bem

organizado. Depois, todos os Deputados irão receber. É um chamado *Estudo Básico de Desenvolvimento Estadual*, com a participação, e quero aqui agradecer, estamos aqui com vários Presidentes de Entidades de Classe, do Instituto de Engenharia, que foi citado, o Clube de Engenharia de Londrina, Maringá, Cascavel, todas as nossas cidades. E esses profissionais participaram deste estudo com propostas de políticas públicas, Deputado Tercílio, e com o estudo, fizemos um estudo amplo de todos os Projetos de Lei que estão em tramitação aqui nesta Casa, e estão com as nossas sugestões, com o que consideramos necessário para que isso possa se tornar uma política pública mais efetiva. Aos que já receberam, também, vamos agraciar aí com os nossos Deputados com uma coisa que já é conhecida aí pelo Governo do Estado, não é? Isto aqui é um porta-celular com um QR-Code que leva, diria, Marcio, Tercílio, a um Portal de Conhecimento, a um Portal de Contribuição que as nossas profissões fizeram, por meio de um conjunto de documentos que chamamos de *Agenda Parlamentar do Crea*. Então, coloco à disposição, depois, de cada Deputado este material para que possamos cada vez interagir mais. Então, em especial, 12 Projetos de Lei já estão aqui citados, tramitando aqui nesta Casa desde 2019 e que têm conexão com a atuação das nossas profissões do sistema Confea/Crea, e que foram avaliados pelos profissionais, tiveram a contribuição de mais de 500 profissionais, conselheiros, inspetores, as nossas entidades de classe aqui representadas, os membros dirigentes do Crea Júnior, os jovens profissionais, como você falou, os profissionais que vão fazer o nosso Paraná do futuro. Estão categorizados com pareceres favoráveis, contrários ou com contribuições que queremos aprofundar. Este grupo de estudo preparou um estudo chamado *Estudo de Desenvolvimento Estadual*, com base no trabalho realizado pela nossa Agenda Parlamentar aqui representada, nos anos de 2020 e 2021, que também está sendo entregue como uma contribuição aos nossos Deputados. Esse estudo, que contou aí com mais de 250 propostas, de certa forma ele mostra o engajamento dos nossos profissionais nessa proposição de políticas públicas. Este é o momento, aqui, finalizando, para lembrar esse histórico nosso. Lá atrás, em 1934, e muitos dos nossos Ex-Presidentes conviveram com momentos diferenciados, éramos apenas 26 profissionais registrados. Começamos com 10 conselheiros. Hoje, o Crea, neste ano de 2022, conta com mais de 70 mil profissionais

registrados e mais de 23 mil empresas. E esta vontade de valorizar o conhecimento e as expertises desses profissionais é que estão aqui sendo trazidas para Assembleia como uma contribuição. A interação desta tarde tem um grande benefício à sociedade paranaense. É esta que queremos contribuir. Encerro a minha fala e pedir licença ao Deputado Romanelli porque acompanho muito aqui a Assembleia, acompanho o Tiago tendo tomado café, final de semana, tirando uma foto, o Marcio fazendo lá os churrascos, as coisinhas deles, e no domingo abriu um vídeo que o Romanelli falava da Dona Irma, em que ela dizia que o futuro do Paraná tem que ser olhado pelas partes, tem que se compreender o contexto. E tenho certeza, Romanelli, Marcio, de que ela queria um desenvolvimento sustentável para o Paraná e esse desenvolvimento sustentável, certamente, terá a presença dos nossos profissionais, a contribuição dos nossos profissionais. Se um dia viveremos e viveremos isso em cidades inteligentes, em um campo que terão *drones* automáticos, sem a presença de nenhuma pessoa ali dirigindo, carros automáticos, provavelmente elétricos, autônomos, transportando pessoas, isso terá a mão dos nossos profissionais. Então, quero desejar aqui, finalizando, longa vida a essa nossa Assembleia Legislativa, longa vida aos Deputados, para que possamos, em conjunto com os nossos profissionais, ter essas boas políticas implementadas por meio da nossa contribuição. Longa vida às nossas profissões! Longa vida ao Crea-PR! Muito obrigado a todos. (Aplausos.)

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e senhores, com sua licença e permissão, Deputado Tercílio Turini, que preside a Sessão neste instante e nesta ocasião, cumprimentando novamente o Sr. Ricardo Rocha de Oliveira, Presidente do Crea-PR, bem como os demais que acompanham esta importante homenagem. Senhoras e senhores, Presidente Tercílio Turini, com sua licença e permissão, para marcar o lançamento da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná, constituída pelos Sr.^s Deputados Marcio Nunes, Luiz Claudio Romanelli, Plauto Miró, Tercílio Turini, Artagão Junior, Wilmar Reichembach, Jonas Guimarães, Guto Silva, Nelson Luersen, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Francisco Bührer e Maria Victória, temos a honra de convidar os Sr.^s Parlamentares para aporem as suas assinaturas justamente no

documento que celebra a instituição desta importante Frente Parlamentar. Inicialmente, Sr.^{as} e Sr.^s, Presidente da Sessão neste momento e nesta ocasião, 1.^º Vice-Presidente desta Casa de Leis do povo do Paraná, Deputado Tercílio Turini. (Aplausos.) Na sequência, Deputado Marcio Nunes, força de nossa terra, Coordenador da Frente. Integra também a Frente, peço que o 1.^º Secretário Deputado Romanelli possa também assinar, também integrante da Frente. (Aplausos.) Frente Parlamentar instituída nesta ocasião. Pedimos também ao Deputado Boca Aberta Junior, na condição de 2.^º Secretário da Mesa nesta ocasião, e peço uma salva de palmas, extensiva novamente aos 88 anos do Crea-PR. (Aplausos.) Como bem disse o Deputado Marcio Nunes, Coordenador da Frente, na sequência, conforme nos informa agora o Cerimonial, na sequência este documento passará pelos Sr.^s Deputados para que, simbolicamente, também possam apor as suas assinaturas de apoio a esta importante Frente, a Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná. Ao tempo em que devolvemos a palavra ao Presidente da Sessão nesta ocasião, Deputado Tercílio Turini, pedimos novamente, senhoras e senhores, aos 88 anos do Crea-PR e à Frente Parlamentar ora instituída. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vamos suspender a Sessão por alguns instantes, para a entrega de uma Menção Honrosa aos nossos homenageados e também para os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vamos reabrir os nossos trabalhos. Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente, temos Expediente a ser lido e vou fazê-lo. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.) **Ofício n.^º 1697/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao

Requerimento n.º 1140/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 1560/2022** do Ministério Público Federal, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 6609/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 1694/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 1461/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 265/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 351/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.085; **Ofício n.º 267/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 415/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.086; **Ofício n.º 264/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 93/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.084; **Ofício n.º 266/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 165/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.083; **Ofício n.º 262/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 134/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.075; **Ofício n.º 263/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 126/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.076.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Professor Lemos.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Professor Lemos; Delegado Fernando Martins; Requião Filho; Luciana Rafagnin; Luiz Claudio Romanelli; e Galo.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Cumprimentar o Crea pelos 88 anos. Dizer que também farei parte da Frente Parlamentar, que foi criada nesta Casa no dia de hoje. Cumprimentar aqui os servidores e servidoras, em especial os servidores e servidoras da educação, professoras e professores, funcionários e funcionárias, professoras e professores, funcionários e funcionárias, aposentados e aposentadas, que hoje representam todos os servidores do Estado do Paraná. Aqui está conosco também a Professora Walquiria, Presidente da APP, está também a Professora Adelaide Secretária de aposentados e aposentadas da APP, também conosco está a

Neiva, que é da saúde. As três estão representando aqui todos os servidores e servidoras do Estado do Paraná e com duas reivindicações muito importantes e possíveis de serem atendidas. Reivindicações que já tivemos a oportunidade de sentar com o Deputado Marcel Micheletto, que é Líder do Governo e que mediou, inclusive, uma reunião entre o Fórum dos Servidores e o atual Secretário da Administração e Previdência do Estado do Paraná, no dia 29 de abril. Estamos recebendo os servidores e as servidoras da Educação, das demais categorias do serviço público, aqui, hoje, reivindicando a data-base. A data-base é necessária. Ela repõe a inflação, que corrói os salários. A data-base deste ano é do mês de maio e o Governo deve 12.13% aos nossos servidores, aposentados da ativa, civis e militares, e precisa pagar. O Governo deve também parte da reposição já aprovada aqui na Assembleia, de 8.53%, que foram pagas duas parcelas e a última parcela que é de 3.39% não foi paga até hoje. Já é lei, não precisa nem aprovar aqui na Assembleia, porque já está aprovada, é só pagar. Somada à data-base deste ano, mais a lei já aprovada, dará 15,93% de reposição nos salários dos servidores da ativa e aposentados, civis e militares. Então, é possível, é possível, por quê? Porque o Governo teve um excedente de arrecadação da ordem de 9 bilhões no final do ano passado. A previsão para este ano é ter um excesso de arrecadação da ordem de 8 bilhões. Seriam 11 bilhões, mas com a proposta de reformulação do ICMS nos combustíveis, caiu um pouco, mas ainda o Governo vai arrecadar 8 bilhões, que ele não previa arrecadar. Terá excesso de arrecadação. Então, tem condições de repor tanto a parcela que é devida, de anos anteriores, de 3.39 e pagar também a data-base deste ano, que a lei eleitoral permite, tem margem financeira, tem margem fiscal. A outra reivindicação importante é a isenção do pagamento de Previdência a quem está aposentado até o teto do INSS, que hoje é R\$ 7.087,00. Ora, éramos isentos, com a reforma da Previdência o Estado passou a majorar os salários que excedem a três salários mínimos. Significa que um servidor público, uma servidora que ganha o teto, que é R\$ 7.000,00, está perdendo todo mês R\$ 530,00, em um ano dá R\$ 6.892,00. Faz diferença para esse servidor, para essa servidora, para esse aposentado, para essa aposentada. Por isso, o Governador precisa mandar para cá uma PEC, para corrigir essa imperfeição da reforma da... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Professor Lemos, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Temos um minuto para concluir. Então, o Governador precisa mandar para cá. Já conversamos isso com o Líder do Governo. Esteve conosco a Professora Walquiria, mais representantes do Fórum de Servidores, já tratamos disso. Vamos conversar depois da Sessão também com o Líder do Governo, que pode e deve intermediar esse debate, para que possamos fazer justiça aos nossos aposentados e aposentadas, que não tenham que pagar Previdência até o teto do INSS. Isso volta ao patamar anterior à reforma da Previdência, porque os da ativa tiveram prejuízo, mas os aposentados tiveram prejuízo ainda maior. A composição de gasto para aposentado é maior do que quando você está na ativa. Por isso, é justo, é justíssima essa reivindicação. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Fernando Martins.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO MARTINS (REP): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Boa tarde a todos os servidores que se encontram neste Plenário. Boa tarde, Sr. Líder do Governo. Quero usar a tribuna hoje, aqui, Sr. Presidente, para noticiar, relatar, um fato que aconteceu ontem no interior do Palácio Iguaçu, em uma reunião que a Casa Civil promoveu comigo, com alguns Deputados Estaduais e representantes dos servidores públicos da segurança pública, para tratarmos de alguns assuntos relacionados às pautas dos servidores, pautas que estamos defendendo junto ao Governo do Estado, que entendemos que são muito importantes para a segurança pública e para os demais servidores também. Ocorre, Sr. Presidente, nobres Deputados, que durante a reunião estávamos expondo os problemas que enfrentamos na discussão dessas pautas, Delegado Jacovós, e o Delegado Jacovós sabe muito bem a luta que é com relação às pautas dos servidores públicos da segurança pública, e depois de expor o meu descontentamento com a atuação do Departamento da Polícia Civil, frente a essas pautas, tive o desprazer de receber uma ameaça do Delegado-Geral da Polícia Civil, para que estivéssemos saindo para resolver as

coisas lá fora. Um verdadeiro absurdo que aconteceu ontem na reunião na Casa Civil. O Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná ameaçando um Deputado Estadual porque ele não concorda com a minha posição frente à atuação dele e da Polícia Civil, com relação às pautas da segurança pública. Achei um absurdo, registrei um Boletim de Ocorrência no 4.º Distrito Policial desta Capital e Sr. Líder do Governo, Marcel Micheletto, meu amigo, respeito muito você, sei que essa não é uma posição do Governo do Estado. Sempre fui bem tratado pelo Governador, pelos Secretários de Estado, em todas as reuniões que estive, mas esse foi um absurdo, um desrespeito aos Deputados Estaduais, porque estava representando a Assembleia Legislativa. Então, por isso, peço ao Governo do Estado que tome providências com relação a isso, porque irei tomar providências, porque na reunião não estava só eu, estava o Delegado-Geral, estava o Diretor-Geral da Secretaria da Segurança Pública, o Diretor-Geral da Casa Civil e representantes das classes policiais, das associações e sindicatos que representam os policiais civis no Estado do Paraná. Então, venho aqui dizer que estou tremendamente indignado com o que aconteceu, é um desrespeito com esta Casa aqui, é um desrespeito com os 54 Deputados Estaduais que estão aqui trabalhando pelo Estado do Paraná. Gostaria de deixar este meu descontentamento e dizer a todos que estaremos trabalhando cada vez mais para que esta Assembleia Legislativa seja respeitada e os direitos dos servidores também sejam respeitados. Grande abraço a todos.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, permita-me falar em nome da Comissão Executiva, autorizado pelo Presidente, porque, Deputado Delegado Fernando Martins, conte com a nossa integral solidariedade. Não admitimos que um membro desta Casa, no exercício das suas funções, possa ser ameaçado, seja por quem for, ainda mais uma autoridade que deveria guardar o respeito necessário nas relações

Republicanas. Vamos protestar diretamente junto à Governadoria, porque é inaceitável isso, a Casa não aceita, e lamentamos essa postura do Delegado-Geral de Polícia do Paraná de fazer de fato uma ameaça, inclusive de desforço físico, à medida que V.Ex.^a estava representando interesse dos servidores públicos de maneira geral. Conte com a nossa solidariedade. Esta Casa aqui não fica silente e este senhor não pode ameaçar um membro deste Parlamento. Não aceitamos, repudiamos e vamos tomar as providências necessárias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, educadores presentes. Delegado Fernando, se o Paraná tivesse Governador, o Delegado-Geral já estava exonerado, só lhe digo isso. Tem que ter pulso e tem que ter firmeza. O cargo de Delegado-Geral tem que ser respeitado e o cargo dos Deputados também. Podemos nos desentender, podemos nos provocar, podemos bater boca, mas há limites, infelizmente não há Governador. Senhores educadores que estão aqui hoje, aposentados, pedindo a correção da data-base, a reposição inflacionária, em uma Casa onde os Deputados não estão em Plenário porque estão com medo dos senhores. Os senhores aqui esvaziaram o Plenário. Mas o que me traz aqui não é a discussão dos aposentados, Líder do Governo. Vi um programa de entrevistas: CEOs e Reis. Meninos brincando de reizinhos, Deputado Arruda. E um reizinho paranaense, Presidente da Copel, dá uma entrevista dizendo que deixou um grande legado na Copel, que agora a Copel será obrigada, por mudança de estatuto, a dar sempre o percentual máximo de aumento permitido pela Aneel, precisando ou não. Comemora isso como se fosse uma vitória. Um menino, um moleque, porque neste caso não pode ser chamado de homem, porque um homem conhece a realidade do Estado do Paraná, sabe que os paranaenses escolhem entre pagar a conta de água e luz ou comprar comida, os aposentados escolhem pagar a conta de água e luz ou comprar remédio. Não é vitória que esse menino teve, é falta de conhecimento do Paraná. Criado empinando pipa no ar-condicionado, jogando bolinha de gude no tapete da sala

do apartamento e da casa da avó, comendo raspinha de pera com Mucilon, não sabe que o investimento da Copel, considerado de risco pelos acionistas, é um investimento que leva água para uma comunidade rural, leva luz para uma comunidade rural, não sabe que o investimento de risco para um acionista é um investimento em uma área de uma região urbana que vai levar mais de 10 anos para dar retorno, mas levará a dignidade para as pessoas que lá moram. A Copel é dos paranaenses, não é dos acionistas, e esse menino, brincando de reizinho, acha que deixou um legado, acabando com a paz do povo paranaense. Isso não é um legado, isso é um roubo ao povo paranaense, isso é um estupro à economia do Paraná. Menino que não conhece a dor do povo paranaense, nunca pisou em um assentamento, nunca chegou a uma invasão urbana, não conhece um patrimônio de um município do Estado do Paraná. A Copel e a Sanepar servem e existem para levar serviço de qualidade e a preço justo para o povo paranaense, não é para dar lucro para acionista, nem PLR para diretoria. É um moleque e o Governador apoia esta molecagem, porque deixou ele e a diretoria à frente da Presidência da Copel enquanto fazem essas canalhices com o povo paranaense. Copel e Sanepar, com tarifas congeladas durante oito anos, Doutor Batista, construíram e investiram no Estado do Paraná, só a Copel, três novas usinas hidrelétricas. E agora, com o preço da tarifa subindo acima da inflação, dia sim e dia não, a Copel não conseguiu terminar o Paraná trifásico e ele comemora que está ferrando a economia paranaense. Isso não prejudica apenas, Deputado Arilson, as donas de casa, os pais de família, isso prejudica a nossa indústria, isso prejudica as nossas empresas, isso prejudica o nosso agro. Não há condições de um Governador deixar que o menino, como esse Pimentelzinho, comemore um roubo desse de maneira tão escandalosa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Requião, para concluir, por favor.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Não é um legado, o aumento das tarifas da Copel, sempre no percentual máximo corrigido pela Aneel, não é um legado, é uma herança maldita. Era isso, senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentar com muito carinho todos os servidores públicos do nosso Estado que estão aqui acompanhando esta Sessão, de uma maneira especial os trabalhadores da educação do nosso Estado do Paraná, os aposentados, na pessoa que cumprimento, Walquiria, Presidente da APP-Sindicato, a APP-Sindicato que muito tem trabalhado, que muitas batalhas tem travado em defesa da educação pública e de qualidade do nosso Estado, e principalmente na defesa de todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação do nosso Estado do Paraná. Saudar também a Neiva aqui que representa o SindiSaúde, que sabemos também que é o sindicato que tem trabalhado muito em defesa de todos os trabalhadores da saúde do nosso Estado do Paraná e que sabemos que poucas vezes também é ouvido, poucas vezes esse trabalho também é reconhecido. Esse trabalho, falava já na manhã de hoje, onde os nossos profissionais da educação, eles não puderam ficar no isolamento, Deputada Mabel, quando tivemos a grave crise da Covid, mas eles tiveram que estar na linha de frente e perdemos muitos companheiros e companheiras pela Covid. E o sindicato continua firme nessa batalha, buscando o reconhecimento de todos os trabalhadores e trabalhadoras. E da mesma forma falo dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação do nosso Estado do Paraná. Os servidores do Estado do Paraná estão clamando por justiça, estão clamando por seus direitos, direitos que não são reconhecidos por quem está governando o Estado do Paraná, direitos que poderiam e deveriam ser respeitados, mas não são. Quando o Governador se refere ao desconto dos 14% de todos os servidores do Estado do Paraná e de uma maneira especial também dos aposentados do Estado do Paraná, é lei e ele desconta, não coloca a parte que deveria colocar do Estado, a parte do Governo, mas ele desconta de todos os servidores. Quando os servidores clamam pela legalidade, pelo direito que têm à data-base, aí ele não respeita a lei. Aí ele não dá a reposição salarial que é de direito de todos os nossos servidores e servidoras. É lamentável que o Governador do Estado do Paraná pense e age dessa forma. Um descaso total dos servidores do nosso Estado.

Um pensamento de quem governa defendendo um Estado mínimo, onde a prioridade não é a vida das pessoas, onde a prioridade não é o trabalho que é essencial no dia a dia do povo paranaense. É lamentável que seja esse pensamento mínimo de quem governa o Estado do Paraná, porque está fazendo com que o Estado seja, cada vez um Estado mais empobrecido, que não valoriza, nem um pouco, a educação do nosso Estado, mas caminha, sim, para terceirização da educação. Ficamos tristes quando vemos uma situação como essa. E quero, neste momento, dizer a todos os servidores do nosso Estado que estão aqui, de uma maneira especial os aposentados aposentadas, professores e professoras, gratidão. Gratidão pela forma como vocês sempre ensinaram. Gratidão pela forma como vocês, com muita sabedoria, transmitiram, transferiram conhecimentos. Gratidão por vocês formarem milhares de cidadãos e cidadãs paranaenses. Gratidão por tudo que vocês fizeram e fazem no nosso Estado do Paraná. Com certeza, vocês ensinaram muitas lições, mas digo que a mais importante que vocês nos ensinaram e que vocês nos ensinam no dia a dia é lutar pelos nossos direitos, é lutar por uma sociedade justa, humana, por uma sociedade igualitária e, acima de tudo, a lição do amor. Muito obrigada por tudo que vocês fizeram e fazem pela educação pública... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, rapidamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Queria fazer um registro, Sr. Presidente, prezados Deputados, que hoje é o *Dia da Liberdade de Imprensa* e aqui saudar todos os comunicadores, jornalistas de todos os mandatos da nossa Casa, mas lembrar que o Brasil passa por um período de exceção, com ataques à imprensa, com ameaças, com jornalista desaparecido na Amazônia, com jornalistas do Portal Congresso em Foco sendo ameaçados na sua integridade física. Então, acho que é muito importante que todos os atores políticos tenham

noção do impacto que as nossas falas têm, principalmente, falas que promovem discursos de ódio, de violência. E viva a imprensa e viva a liberdade de imprensa neste País!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Romanelli, com a palavra.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Primeiro quero dizer que como é boa a democracia e como é bom voltarmos quase à vida normal, de ver tantas pessoas que aqui vieram hoje para manifestar o seu ponto de vista. Sejam muito bem-vindos sempre a esta Assembleia Legislativa. Mas, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, o tema que me traz à tribuna é um tema da importância de chamar a nossa atenção. Reconheço que estou indignado com as notícias que recebo de Brasília. A proposta que vem de Brasília vai quebrar a Federação. Vai falir estados e municípios. Pode parecer bacana propagandear que uma redução de sessenta centavos no litro do combustível, da gasolina, mas sabemos que o preço do combustível ficará à mercê do mercado. O fato concreto é que o que foi votado na Câmara Federal é muito preocupante, Deputado Líder do Governo, Marcel Micheletto. Sempre tive a visão de que o Senado da República, os Senadores representam o Estado, mas pelo que estou percebendo é uma preocupação grande. Não sei se é por ano eleitoral o que estamos vivendo, mas imaginem, senhoras e os senhores, a proposta formulada ontem pelo Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro da Economia, ele retira das finanças do Estado do Paraná, só no ICMS do combustível, retira, por ano, R\$ 5 bilhões e 260 milhões. Vou repetir R\$ 5 bilhões e 260 milhões. A proposta, na verdade, reduziria em 1 bilhão e 600 milhões a receita com a gasolina; 2 bilhões e 900 milhões com o diesel; 740 milhões com o gás, 315 milhões o etanol. Além disso, senhoras e senhores, do que já foi votado na Câmara Federal, o Paraná vai perder R\$ 3 bilhões e 300 milhões em receitas de energia e mais 650 milhões no serviço de telecomunicações. Na verdade, para os consumidores são centavos de desconto. Na prática, para o Estado e para os municípios é um rombo. E por que isso está acontecendo? Porque está faltando decisão. O Governo Federal tem que tomar decisão de acabar com a

paridade que está dolarizando o preço dos combustíveis no Brasil. O fato, senhoras e senhores, é que esta Casa aqui vai votar ainda este mês a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias. Teremos que fazer, Deputado Marcel Micheletto, redução na previsão de despesa. De onde vamos cortar receita? Temos aqui um rombo que pode chegar a R\$ 10 bilhões. O fato concreto, quero dizer às senhoras e aos senhores, é que todos temos responsabilidades. Não adianta falarmos que vai se criar um Fundo para compensar as perdas dos estados. Todos sabem muito bem o que significou a Lei Kandir. Lembro-me, Deputado Nelson Justus, quando esta Casa votou a desoneração do ICMS na exportação, com o advento da Lei Kandir. Promessa do Fundo da Lei Kandir. Ele foi um Fundo que, desde o início, não funcionou de forma regular e foi minguando, minguando até que ele praticamente deixou de existir. E o prejuízo ficou evidente, não só para o Paraná, mas, especialmente, para o Paraná que foi o Estado da Federação que mais perdeu. Minha gente, não dá para convivermos neste *mundo de Alice*. Não dá de um lado querermos aumentar as despesas, e são necessárias de serem aumentadas, e de outro lado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Romanelli, para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): ... de outro lado reduzir receitas que efetivamente inviabilizam a gestão do Estado e dos municípios. Esta Casa aqui não pode, quando vota o orçamento, com a responsabilidade tem que votar o orçamento, concordar com que está acontecendo em Brasília. É muito grave, Sr. Presidente. Muito grave. O risco de inviabilizar a ação governamental é absolutamente completo se essa sandice passar pelo Senado da República.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, Mesa Diretora, Deputadas, Deputados, você que acompanha pela *TV Assembleia*, senhores e senhoras que estão aqui hoje que estão em busca dos seus direitos. Sejam bem-vindos.

Nem sempre o Deputado tem caneta para resolver, mas recebemos vocês com carinho. O detalhe é o seguinte: primeiro quero dizer que o Delegado Rockembach agiu de forma covarde, de forma covarde! Quero solicitar ao meu querido Líder do Governo, Marcel Micheletto, porque quando respeitamos o outro lado, existe uma linha que aprendemos com os educadores. Até aqui você vai, daqui para frente não vai! Então, Sr. Rockembach, quando estava lá o Deputado Delegado Fernando representando uma pauta, os interesses de funcionários, o Delegado Rockembach chama ele “pro pau”. Vem “pro pau”, “vamos receber lá fora, vamos resolver lá fora”. Isso é covardia até porque ele não sabe onde ele está mexendo. Porque assim como ele é “de-le-ga-do”, delegado também é o nosso querido Deputado Fernando. Só que existe uma coisa que não tenho e o Fernando tem, é educação. Vossa Excelência tem a educação de não se permitir, de se sentir provocado e partir “pro tapa”. Já não tenho esse controle emocional que V.Ex.^a tem. Um dos dois não estaria andando neste momento, com certeza. Dizendo isso, quero dizer a V.Ex.^{as} que nos acompanham que quero fazer uma reflexão, tenho tempo e dá tempo ainda, sobre a questão dos nossos radares. Olha aqui. A minha produção preparou e disse: “Deputado, reflita sobre esse texto que acaba de chegar aqui”. Recebo com carinho porque é de uma pessoa que está aqui hoje nos acompanhando nas galerias: “Deputado, fala aí sobre a questão dos radares”. Se o intuito é educar, os pontos na carteira deveriam ser suficientes. Valor alto das multas, mais pontos na carteira, não está educando, está punindo. Para educar, os pontos seriam suficientes. O valor das multas pode baixar, já que o povo está sendo punido com pontos na carteira, afinal, a grande maioria da população vem enfrentando uma crise pós-pandemia. Agora, fazendo uma analogia – termina aqui o colaborador que está nas galerias – quando ensinamos a ler e a escrever, a missão é diminuir o número de analfabetos; os radares aplicam multa, mas não diminuem as multas. Ao contrário, aumentaram, ou seja, os radares não estão educando. Pedir à Prefeitura Municipal de Curitiba... estou falando aí em uma questão de covardia, porque é uma covardia botar radar móvel, “pera lá”, atrás de árvore? Isso é uma insanidade em busca de arrecadação. E vai para onde essa arrecadação? É necessário que a Prefeitura Municipal de Curitiba... Mais uma vez estou berrando, abrindo minha bocona aquiiiiiiiiii, oh, Greca, pelo amor de Deus!

Chega desses radares! Radar educativo? Ótimo! Radar punitivo, ferrativo? Não! E, para encerrar aqui, URBS, vocês estão botando a mão no bolso do trabalhador, do estudante e do usuário do transporte coletivo. Já tomaram uma atitude dizendo que vão rever, que vão rever as questões dos estudantes. Vou recordar a vocês: quando então vou lá e compro 40 passagens, até o final de o cartão zerar, tem que valer aquelas 40! Ah, mas aumentou a passagem. Tudo bem, é para o próximo cartão. Tudo bem nada! Porque aumentar é uma coisa ruim. Mas a URBS vende 40 passagens, mas se subir no meio do caminho as 40 viram 20 ou viram menos. Minha avó dizia outra coisa a respeito dessa atitude. Esperar o Presidente me dar mais um minutinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, V.Ex.^a tem um minuto para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Diria o seguinte: na época da minha avó, era falado que isso é roubo, mas como não posso acusar a URBS de roubo, fico pensando no ditado da minha avó: se botar a mão no bolso e tirar de alguém, estou é roubando. Então, URBS, por favor, lembre-se dos nossos estudantes, dos nossos trabalhadores e dos nossos usuários. Grato, Sr. Presidente. Vida longa e estou aqui mais uma vez torcendo pela recuperação do nosso Presidente Traiano. Não que V.Ex.^a não tenha um comando brilhante, mas apenas torcendo pelo colega. Delegado Fernando, o senhor não está sozinho! Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Tião Medeiros.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tião Medeiros (PP); Nelson Justus (UNIÃO); Tadeu Veneri (PT); Reichembach (UNIÃO); Ricardo Arruda (PL); Homero Marchese (REP); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, a imprensa que nos acompanha, os presentes na Casa. Quero falar hoje sobre um tema importante para o Estado, um tema bastante relevante e fico muito

feliz que também esteja acompanhando a nossa Sessão o Deputado Goura, porque é um tema que também diz respeito a uma atuação que V.Ex.^a tem se manifestado recorrentemente. Tenho ficado bastante quieto sobre esse assunto de maneira a não me manifestar publicamente, mas hoje entendi por bem assumir aquilo que penso, ou, aliás, antes de assumir aquilo que penso, deixar público aquilo que penso, Presidente, em relação ao Fundo Estadual do Meio Ambiente. Esse é um assunto que causou bastante discussão e tem causado discussões aqui na Casa e posições ideológicas distintas, enfim, quanto à aplicabilidade do Fundo, quanto à concretude dos recursos. E o Fundo Estadual do Meio Ambiente é bastante antigo, ele existe há anos. E ele tinha uma aplicabilidade bastante limitada, bastante restrita. E no ano de 2019 fui autor de uma proposta, um Projeto de Lei, que tinha por condão, tinha por objetivo, ampliar o rol de uso, de atribuições do Fundo do Meio Ambiente. E foi aprovado nesta Casa. O Governador Ratinho Junior, orientado pela PGE, acabou vetando o meu Projeto de Lei com o compromisso de encaminhar a esta Casa um Projeto com uma matéria exatamente igual, porque entendeu que no mérito era extremamente importante. E assim ele o fez, cumpriu o compromisso, e no ano de 2019 encaminhou a Mensagem que acabou se tornando lei e alterou o Fundo Estadual do Meio Ambiente. Então, com a iniciativa do Executivo – conforme havíamos planejado – aumentando, ampliando o rol de possibilidades de uso do Fundo do Meio Ambiente. Mas quero ilustrar aqui para que os senhores me entendam, dois ou três casos concretos que me levaram a fazer essa proposta lá atrás e a negociar isso com o Governo, antes ainda do Deputado hoje, nosso colega, Marcio Nunes, ser o Secretário do Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Turismo, a antiga pasta da Secretaria do Meio Ambiente que se fundiu nessa nova missão e ganhou novas atribuições. Naquele momento três exemplos me levaram a entender por que o Fundo do Meio Ambiente podia ser e deveria ser alterado. Ora, recursos oriundos de multas ambientais, recursos oriundos de discussões ambientais que tinham como aplicabilidade limitada até aquele momento a única e exclusiva possibilidade de serem utilizados em planos e programas relativos à educação ambiental, controle e monitoramento ambiental, recuperação e restauração ambiental de recursos hídricos, unidades de conservação, biodiversidade, desenvolvimento florestal, pesquisa,

desenvolvimento tecnológico, institucional, desenvolvimento de políticas públicas ambientais, instrumentos e meios legais, econômicos, como também despesas decorrentes e pertinentes à atividade da Secretaria. É bacana, mas a atribuição era bastante restrita. Espero que tenham pessoas aqui de todo o Estado e que saibam e conheçam que o Paraná tem 399 municípios e realidades distintas e que a realidade da capital não é necessariamente a realidade de todo o Estado e que existem dificuldades grandes. Municípios pequenos que não têm aterro sanitário, municípios pequenos que ainda têm lixão a céu aberto, pessoas que moram em áreas de preservação ambiental, moram de maneira inadequada à beira do lixão. Aliás, aqui em Curitiba até há pouco tempo, ainda tem isso no Cachimba e no interior também, pessoas que moram em área de preservação permanente, em área de risco, municípios que não conseguem resolver os seus problemas ambientais com erosões, com áreas degradadas, com problemas em fundos de vale. E o Estado, o Ministério Público muitas vezes, o Estado, a Adapar, inúmeros organismos cobrando do município providências e o *Fundo do Meio Ambiente* não tinha essa possibilidade de estender a mão a esse município, de ter uma ação concreta nessas localidades de forma a solucionar. Então, ampliamos o rol de possibilidades de uso desses recursos. Vejam os senhores se há alguma injustiça nisso. Claro que acredito que não, até porque foi aprovado e isso é lei hoje. A utilização de obras de proteção ambiental de encostas e margens de rios, pois há o solapamento onde não há a vegetação ciliar adequada e isso acaba assoreando o rio e o assoreamento é a morte premeditada de um rio. A ampliação de uso dos recursos para acessos fluviais e marítimos, como rampas, trapiches flutuantes, recuperação de áreas degradadas, erosões, voçorocas, obras de saneamento, construção e reformas, até melhorias de aterros sanitários, realocação de famílias de áreas de risco ou então de proteção permanente, contratação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos. O que será feito com o lixo do seu município? É exigido plano. Quem é que contrata? Quem é que paga isso? Hoje, o *Fundo do Meio Ambiente* pode fazer isso. Construção de parques, áreas ambientais verdes e de desfrute da população. Ora, se o *Fundo do Meio Ambiente* não puder cuidar do próprio meio ambiente de maneira concreta, efetiva, eficaz, para que ele serve? Então, as alterações foram muito importantes. E vejo aqui uma série de

questionamentos que foram inclusive capitaneados pelo Deputado Goura, que tenho grande respeito por ele, que tem uma postura ambiental bastante contundente, clara, mas quero dizer assim: a realidade distinta do Paraná necessitava que o fundo tivesse uma clareza, uma objetividade nas ações, concretude nas ações. Temos que sair do ambiente abstrato e, enquanto houver uma família morando em um aterro sanitário, em um lixão ou na beira de um rio, em uma área de preservação ou então em uma área de captação de água, não é possível que o fundo tenha outra prioridade. O que foi feito aqui foi trazer a possibilidade de o Fundo resolver problemas concretos. Municípios como Loanda, que o Deputado Romanelli assim como eu também, somos representantes, que tem o maior problema de erosões em razão da peculiaridade de solo, são terras arenosas, o famoso Arenito Caiuá, em que a falta de argila acontece, que é uma característica natural daquele solo, faz com que as erosões se ampliem, amplifiquem, intensifiquem-se com as chuvas. Então, se não houver um programa de combate às erosões urbanas, não são erosões rurais, porque essas a Adapar e o IDR já cobram do proprietário rural que implante as medidas agronômicas que combatam as erosões rurais. Porém, as urbanas ficam a cargo do município. O Prefeito é que precisa resolver. Resolve com galeria, com encaminhamento pluvial das águas até os rios próximos, com o combate, com os projetos de engenharia adequados para isso, o manilhamento de todas as águas pluviais. É preciso que se faça, sim. Então, são ações concretas como essas que estão previstas no *Fundo do Meio Ambiente*. Ora, a contratação de caminhões, a compra de caminhões de coleta seletiva, de compactação de lixo para que não seja jogado de maneira irregular, e o Estado fez o maior programa de compra de caminhões para coleta seletiva, Deputado Marcio Nunes, para compactação de lixo. Ora, se isso não for política concreta de meio ambiente o que é que será? Reforma, melhoria e ampliação de aterro sanitário, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, tratar o lixo que não é lixo com a adequação que precisa ser feita. Os parques urbanos, áreas ociosas ou então problemáticas, como no meu município de Paranavaí, minha cidade natal, um buracão conhecido como *Buraco do CAIC*, porque está à frente da Escola CAIC, lá na Vila Operária, que há mais de 40 anos jogavam o lixo de maneira inadequada. Rato, pombo, insetos, problemas, enfim, inúmeros decorrentes do lixão. Quarenta anos,

Deputado Marcel Micheletto, que o problema se arrastava e só agora, com base neste programa, que foi conduzido pela liderança do hoje Deputado Marcio Nunes, com autorização do Governador Ratinho Junior, foi resolvido, e lá será implantado um parque urbano esperado há décadas. Ora, entendo que as preocupações ambientais de cunho ideológico precisam ser travadas no âmbito da discussão aqui na Assembleia, é para isso que a Assembleia existe, mas entendo que não há mais tempo para se esperar. Tínhamos uma multa e que foi depositava que passava, superava a casa de R\$ 1 bilhão, que por 20 anos ficou discutida essa celeuma na Justiça, mas que só agora pudemos dar uma destinação concreta para sociedade.

Deputado Goura (PDT): Posso pedir um aparte, Deputado Tião?

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Pois não, Deputado Goura, com certeza.

Deputado Goura (PDT): Só para fazer esse registro, até a pedido do Deputado Romanelli. Dia 7 de julho, teremos essa Audiência Pública para discutir as duas grandes multas: a da Repar e a da Olapa, que muita gente às vezes tem confundido uma com a outra. Então, fazer o convite para todos os Parlamentares. A Comissão de Meio Ambiente vai promover esse debate amplo, tendo em vista justamente o interesse público, o interesse ambiental, para ficar o registro.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Está feito o registro da Audiência. É muito importante a Audiência Pública. E quero ir além, Deputado Goura, a gestão desses recursos é feito por um conselho plural, coletivo, democrático... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tião Medeiros, para concluir.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Para concluir, Presidente. Então, o conselho é plural. Inúmeras entidades manifestam-se, inclusive com assento do próprio Ministério Público, para que a aplicação dos recursos seja feita de maneira transparente, dado conhecimento a toda sociedade e com critérios

objetivos de classificação do que é mais prioritário, do que é mais importante, do que é mais emergencial, urgente e imediato. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, educadores aqui presentes. É uma honra e um privilégio esta Casa receber-lhos nesta tarde. Aliás, tive a oportunidade de conversar com muitas professoras, hoje, que enriqueceram, sem dúvida, a minha manhã. Sejam bem-vindos sempre! Ao contrário do que diz o Deputado Requião, que fala de um menino e age como outro, dizendo que a Assembleia, que o Plenário está vazio porque nós Deputados teríamos medo da plateia. Terrível isso, muito feio, muito mal, porque temos, sim, orgulho dos nossos professores que nos visitam, jamais medo. Então, quero, pretendia hoje, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, falar a respeito do que foi muito discutido ontem, Goura, do meio ambiente. Acho, sim, que... E não queria nem ir à mesma linha do Deputado que me antecedeu, porque tornaria o meu pronunciamento enfadonho, mas acho e concordo, Deputado Goura, que temos que discutir com equilíbrio, com educação, com respeito o nosso meio ambiente. Acho que devemos começar primeiro, Deputado Goura, pelas ONGs que nos representam aqui e que se apresentam aqui no nosso Estado. Aliás, algumas que a meu ver não são outra coisa do que não, meu caro Romanelli, verdadeiras lavanderias. E deveríamos nos aprofundar muito disso, mas esse é um tema que ainda temos muito para discutir. Essa dúvida que se tem do que é meio ambiente, do que é relacionado à ecologia ou a coisas que afetem a nossa natureza, temos, sim, que discutir. Porém, hoje, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, quero falar a respeito de um grande companheiro que usou da tribuna aqui hoje, ontem fez um discurso e foi induzido ao erro. Um grande parceiro, um homem de bem, um comunicador de primeiro nível e um belo Deputado, falo do nosso Deputado, o querido Galo, amigo de todos nós, sempre alegre, com a sua elegância peculiar, mas o Galo foi induzido a erro por pessoas mal intencionadas no litoral do Estado. Noticiou ontem que os detentores da concessão do *ferryboat* hoje não pagam os seus funcionários. Ora, a BR Travessia, que era a antecessora desta, fez um mal,

principalmente à minha cidade, que é irreparável. Guaratuba sofreu, Deputado Marcel, com essa história do *ferryboat* e vai pagar um preço altíssimo, porque não foram poucas as pessoas que disseram: *Para cá não volto. Ficar seis horas na fila é um desrespeito.* E é mesmo! Então, mobilizamo-nos todos juntos para tirarmos aquela empresa que tinha ganhado a concorrência de um edital no DER. Pois bem, o senhor Prefeito decretou estado de calamidade pública na cidade para provocar que o Governo então tomasse efetivamente, como tomou, uma atitude de retirar a empresa BR Travessia. Provisoriamente assumiu no seu lugar a empresa Internacional Marítima, esta a qual o Deputado Galo se referiu ontem dizendo que não pagava o salário dos seus funcionários e estava ameaçada de uma greve eminente. Pois bem, tive o cuidado, Sr.^s Deputados, de hoje pela manhã estar lá em Guaratuba, no *ferryboat*, conversando com os diretores dessa empresa. Marquei um encontro com eles e lá estive, quando pude verificar que nada disso é verdadeiro. Eles não só estão rigorosamente em dia como são obrigados, até o dia 5, a prestar contas ao DER se não recebem as suas medições. Rigorosamente em dia! O que efetivamente existe é que a empresa que saiu deixou de pagar o débito trabalhista, a dívida trabalhista, porque os salários essa empresa honrou. Então, uso esta tribuna para o restabelecimento da verdade e para contribuir também com um companheiro nosso, um Deputado como o Galo, que é um homem de bem e que foi levado a erro ao afirmar aqui desta mesma tribuna contra pessoas que estão agindo corretamente, tanto é que estamos com cinco *ferrys* e balsas funcionando, duas no que se chama docagem, que quer dizer em uma reforma total, e uma delas deverá voltar ainda neste mês. Portanto, acho que temos nesta época, Deputado Goura, Deputado Requião, Deputado Galo, temos que tomar muito cuidado com aquilo que falamos, principalmente em um período pré-eleitoral, onde as pessoas são mais sensíveis ou estão mais sensíveis e temos que tomar cuidado com isso. Chamar as pessoas de meninos e agirmos como tal não fica bem! Por isso, quero, a bem da verdade, contribuir para o engano do Deputado Galo e enaltecer a empresa que hoje faz a travessia no nosso Estado. Muito obrigado a todos. E aos nossos convidados, sejam sempre muito bem-vindos. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e nossos convidados, como já foi dito aqui, é uma grande satisfação, Sr. Presidente e Deputado Marcel, depois de praticamente dois anos e meio, novamente termos as pessoas vindo a esta Casa e infelizmente ainda vêm buscar aquilo que é direito e que está sendo sonegado e que talvez nem precisava. A maioria das pessoas que estão aqui são aposentadas e aposentados, homens e mulheres que vêm atrás de direitos que não deveriam estar aqui buscando, que deveriam estar normalmente, como nós todos, fazendo aquilo que lhes é de direito depois de trabalharem 20, 25, 30 ou 40 anos, que é viver sossegadamente dentro da sua aposentadoria. Só que não dá! Não dá porque o salário fica cada vez menor, já estamos com um percentual de cerca de 30% de defasagem salarial, não dá porque a inflação aumenta dia a dia, não dá porque quando foi feita a reforma da previdência o que não era cobrado passou a ser cobrado e claro que tudo isso repercute, mas sabemos que nem tudo é eterno e as coisas vão passar, e espero que elas passem este ano a partir de outubro, que as coisas mudem. (Aplausos.) E, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, hoje temos duas situações que, antes de entrar aqui no que me traz, Deputado Michele, a esta tribuna, quero fazer o registro. Primeiro, não é com satisfação que digo isso, a Prefeitura de Quedas do Iguaçu está ocupada hoje, as pessoas estão lá porque não têm mais como usar as estradas rurais. Deputado Reichembach, o senhor que é do sudoeste conhece bem o que significa uma semana, o que significam duas, três ou quatro semanas de chuva sem manutenção das rodovias. A saúde e a educação são da mesma forma! Por isso hoje professores, pedagogos, crianças, lideranças do MST estão ocupando a Prefeitura de Quedas do Iguaçu. Espero que o Prefeito possa dar uma resposta satisfatória porque votamos aqui nesta Casa, apesar de todos os questionamentos que foram feitos, inclusive pelo Deputado Homero, que por várias vezes ponderou, votamos e aprovamos nesta Casa o processo de calamidade pública para todas as Prefeituras, o que resultou, por conta da pandemia inclusive, que tivessem essas Prefeituras, todas elas sem exceção, e o Governo do Estado, no final do ano, um caixa com muito mais

recursos do que teriam em outro período, porque não teve transporte, porque não teve iluminação, porque não teve merenda. Entretanto, quando chega à hora de pagar servidores, quando chega à hora de fazer aquilo que é obrigação, parece que prefeitura e estados esquecem. Da mesma forma que foi dito aqui, o Deputado Requião abordou a Copel, mas a Copel tem hoje uma situação muito específica. Aqueles que acompanham a situação da Copel sabem que a Copel, por meio da Fundação, faz compra de medicamentos, para aposentados, como essas mulheres e homens que estão aqui, por meio da Panvel, em um processo que até hoje não entendemos por que uma rede de farmácia do Rio Grande do Sul acabou ganhando a concorrência para entregar medicamentos no Paraná. Acontece, Deputado Michele, que a Panvel, para poder aceitar as receitas, que são de medicamentos controlados, não aceita aquele receituário digital e aí faz o quê? Leva até Porto Alegre? Moral da história, as pessoas estão comprando sem utilizar a Fundação Copel, estão comprando por conta própria. Os copelianos e as copelianas aposentados, hoje, estão em uma situação muito dramática, como estão os professores e as professoras e funcionários que estão aqui. Então, essa é uma luta de todos e de todas. É uma luta que queremos, aqui, Sr. Presidente, não só nos emanar a ela, mas fazer um alerta. Hoje tem uma matéria que me preocupa muito, o Deputado Romanelli já abordou, ouvi o Deputado Romanelli, não está no Plenário, mas ouvi a sua intervenção com relação à redução de ICMS. A educação e a ciência levam a pior nos cortes do projeto do Governo Federal. Uma mudança na cobrança de ICMS nos combustíveis e da energia elétrica pode tirar de 19 a 21 bilhões dos orçamentos estaduais e municipais da educação, de acordo com estudos diferentes. As estimativas foram feitas, respectivamente, pelo Comitê Nacional do Secretário da Fazenda, Finanças, Receita e Tributação do Estado e Distrito Federal, o Comsefaz, e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais, a Undime. Segundo esses estudos, o ICMS corresponde a cerca de 60% dos valores do Fundeb, Fundo de Manutenção do Desenvolvimento em Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação, o principal mecanismo que temos hoje de contribuição da verba de educação pública municipal e estadual do Brasil. Esse Fundeb, que para nós foi uma vitória, para todos aqueles que acreditam na educação, será duramente golpeado por meio do Projeto que se pretende

aprovar no Congresso Nacional, e já foi dito aqui que retira a parcela significativa do orçamento, o que temos são contingenciamentos, a maior parte do contingenciamento acontece nos Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Educação e na Saúde. Dois bilhões e meio bloqueados no Ministério da Ciência e Tecnologia, seguido pelo Ministério da Educação, 1 bilhão e 590 milhões, que o Presidente Jair Bolsonaro bloqueou e pela saúde, 1 bilhão e 250 milhões de defesa, 706 milhões de reais. Tenho os dados aqui das universidades, o que será perdido pelas universidades, caso isso ocorra, mas antes que fale nisso e talvez não haja tempo, Deputado Romanelli, o senhor falou aqui dos cortes pelo ICMS, mas é uma coisa, aqui, diria que mais esdrúxula, para não dizer mais doida. O Presidente Jair Bolsonaro, ontem, em uma entrevista feita com o seu Posto Ipiranga, fez um apelo para que estados e municípios, os estados, porque não fazem parte dos municípios, mas falou estados e municípios, zerem o ICMS. Aqueles que zerarem o ICMS terão uma compensação do Governo. Agora, pasmem, os senhores, o Ministro da Fazenda diz que a compensação será entre 25 bilhões e 50 bilhões. É algo como dizer o seguinte, você vai poder viver entre 10 anos e 200 anos. Isso é uma balela e Jair Bolsonaro é uma balela do seu Ministro da Fazenda. Jair Bolsonaro não sabe mais o que fazer. A inflação sobe, as pessoas não têm o que comer, a gasolina sobe, o *diesel* sobe, o gás de cozinha sobe. Ele quer vender a Eletrobrás para subsidiar a sua eleição, porque subsidiar o *diesel* neste momento, dessa forma, é tentar subsidiar a sua eleição. A Petrobras não refina mais porque venderam as refinarias. Aí vem com essa conversa fiada de dizer que se os governadores toparem reduzir a zero, a zero, não são os 17%, aí eles terão, talvez, no final do ano, talvez, daqui três meses, talvez, daqui a seis meses, se, se, quem ouviu ontem, ouvi, creio que todos os Deputados ouviram a entrevista, é *um conto de carochinha*. É dizer que vão mandar uma PEC, um Projeto de Emenda Constitucional, para ser aprovada no Congresso para permitir, primeiro, que fure o teto de gasto. Não era o Jair Bolsonaro que dizia que o PT ia quebrar o País, que ia furar o teto de gastos? Agora, manda, diz que vai mandar uma PEC, para que não haja mais, para poder furar o teto de gastos, o teto. Também somos contra o teto, mas não dissemos que éramos a favor. Mais ainda, essa PEC, essa PEC, que se pretende ser aprovada, não tem nem prazo, nem se sabe como, nem quando e nem por quê. Na verdade é

apenas uma promessa, como tantas que fez esse Governo. Volto a dizer, não gostaria que estivesse assim. Não somos do quanto pior, melhor. Aliás, Deputado Romanelli, o senhor está aqui já há 16 anos, que estamos aqui como Deputados, o senhor foi líder do Governo Richa e nesse período fui líder da Oposição. Muitas das coisas que votamos com o Governo Richa, votamos porque achamos que era favorável. Muitas! Talvez, a maioria. Votamos contra aquilo que achávamos que prejudicava a população. Como votamos contra o reajuste, por exemplo, dos percentuais da Previdência, mas é uma posição que temos. Então, não queremos quanto pior, melhor. Agora, não dá para aceitar, neste momento, que você venda a Eletrobrás, que vendam refinarias, que venda tudo o que o País tem para subsidiar algo, que não vai resolver. Os senhores sabem quanto que vai baixar, se baixar, a gasolina na bomba, por esses 17%, Deputado Marcel, ou por zero? Oitenta centavos. Oitenta centavos. Jair Bolsonaro quer quebrar o País por oitenta centavos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Essa é mais uma de tantas as conversas que ouvimos, nesses três anos e meio. *Ah, mas a culpa é do PT.* O PT saiu há sete anos do Governo. *Ah, mas deixaram a Petrobras quebrada.* A Petrobras nunca teve tantos recursos e tanto capital tão alto, quanto tinha no final do Governo da Presidente Dilma, quando ela foi, inclusive, derrubada. *Ah, mas vão furar o teto de gastos.* Estão furando agora. *Ah, mas o povo vai passar fome.* Está passando agora. *Ah, mas a educação não vai ter recurso.* Não está tendo. Talvez se Jair Bolsonaro fosse pitonisa e tivesse acertado tudo, se dissesse: *Ah, mas tudo isso vai acontecer no meu Governo.* Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados. (Aplausos.) (Manifestação nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Reichenbach.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Deputado Turini, Deputado Romanelli, da 1.^a Secretaria, Cobra Repórter também na Mesa, Deputadas e Deputados, todos que nos acompanham nesta Sessão mais movimentada. Uma das mais

movimentadas do pós-Covid. O Parlamento é isso, é a presença das pessoas, o debate entre os Deputados, ideias diferentes, como reflexo da composição da sociedade. Então, quero acolher todos. Acolher as autoridades dos municípios do Paraná aqui presentes, em nome do Prefeito que está ao meu lado aqui, de Pinhal de São Bento, o Paulinho e também do Vereador Paulo e o Vereador Sadinei. Os engenheiros que aqui estiveram, essa Frente Parlamentar liderada pelo Deputado Marcio Nunes, desse segmento tão importante por meio da organização de categoria. O Crea que tem um papel fundamental em toda a sociedade, de forma muito especial e muito bem organizada aqui no Paraná. Acolher os servidores do Estado que estão aqui nesse debate, nessa demonstração de apreensão em relação às reposições salariais, especialmente, dos aposentados. Uma movimentação legítima. Temos debatido isso com o Governo. Essa inflação é bastante acentuada também dos últimos tempos, que pega de forma mais direta alimentação, medicamentos, combustíveis. Sem dúvida vai deixando essa defasagem e essa discussão precisa estar colocada, para que o Governo analise, como tem analisado as possibilidades. Propostas aqui chegando, sem dúvida, tenho certeza de que estaremos nos colocando de forma favorável. Então, são sempre bem-vindos para uma discussão e um debate nesse patamar, como hoje está colocado aqui na Assembleia. Mas, Sr. Presidente Turini, quero aqui colocar sobre uma lei de minha autoria que faz cinco anos agora em 2022, aprovada em 2017, que sou muito feliz com ela porque foi muito bem acolhida no Paraná, está cada vez mais fortalecida, que diz respeito à prevenção de acidentes domésticos com pessoas idosas. Ela foi muito bem acolhida e está ganhando força, porque esta é uma realidade que se vive, mas porque também ela foi muito bem acolhida pelas autoridades do segmento de saúde no Paraná, especialmente por meio da Sesa, como aconteceu em 2017 por meio do então Secretário, nosso hoje colega Deputado Michele Caputo, que acolheu muito bem com a sua equipe esta proposta, essa nova lei que se colocou no Paraná. Fizemos na oportunidade, Deputado Michele, uma *live*, ou um contato, enfim, uma reunião virtual com todos os chefes de núcleo, que tomaram conhecimento imediato e foram orientados pelo Secretário para fazerem ações nesta direção. Na sequência o Secretário Beto Preto, também muito acessível, continuou esse trabalho e sempre nos dando espaço para uma boa discussão

frente a este tema, da mesma forma o Doutor Cesar, que hoje está à frente da Secretaria e me recebeu na semana passada, fez comigo um vídeo sobre o tema, expediu uma circular imediatamente, orientando as regionais de saúde que trabalhem esse tema durante este mês, mas de forma muito especial nesta semana, como já está acontecendo na 8.^a Regional de Saúde de Francisco Beltrão, da qual acabei de receber um convite para o dia 24 de junho, às 14 horas, uma *live* com a Doutora Samira Soligo Rovani, ela é médica geriátrica, pós-graduada nessa especialidade, e assim muitas regionais estão tomando essas iniciativas. E o tema é realmente muito oportuno porque é uma realidade muito presente, fácil de ser verificada, não por meio só das estatísticas que mostram esses números, do grande número de acidentes que acontecem com pessoas idosas, e sendo que 75% desses acidentes acontecem dentro de casa. Então, a orientação é para que se olhe com critério para o ambiente interno da residência para ver esses obstáculos, alguns itens que possam evitar acidentes e também procurar retirar esses obstáculos, esses fatores que podem levar a acidentes domésticos, especialmente dentro do banheiro, que é o vilão de acidentes domésticos, que levam a quedas, levam a fraturas, levam a internamentos hospitalares e muitas vezes levam a óbito. Basta vermos em qualquer hospital de Curitiba, Hospital Regional de Francisco Beltrão, que é um hospital referência em ortopedia e sempre vamos ter várias pessoas internadas. Tenho certeza de que aqui entre os Deputados, entre os presentes, entre as pessoas que estão nos acompanhando pelo Paraná, alguns estão lembrando familiares, amigos, conhecidos, pessoas idosas, que tiveram acidentes desta natureza. E essa é uma preocupação grande, evidente, porque a população idosa do nosso País vem crescendo muito, ela hoje representa em torno de 15% da população com mais de 60 anos e a previsão é de que, em 2060, 1/3 da população, aproximadamente 32 a 33% da população, possa estar colocada na faixa acima dos 60 anos. Então, é importante que essas campanhas também ganhem espaço, ganhem força nos meios de comunicação, como temos a oportunidade de fazer e perceber que tem acontecido, é fundamental que a imprensa incorpore também esta campanha como consequência desta nossa lei, porque a realidade é essa, uma realidade positiva, a população brasileira está vivendo cada vez mais, mas ela precisa, sem dúvida, viver com qualidade de vida. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Para registrar a presença aqui da Vereadora de Rolândia, Cristina Pieretti, e da Darlene, sua Assessora, presentes aqui no Plenário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Sejam bem-vindas a esta Casa. Ricardo Arruda, com a palavra.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, a todos que nos acompanham aqui no Plenário, nas galerias e também aos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. Primeiro assunto que tenho aqui a tratar, o que havia falado aqui nesta tribuna há questão de 30 dias, quando o Ministro Alexandre de Moraes falou o seguinte, vou relatar aqui a fala dele. Vamos lá. O que afirmou o Ministro Alexandre de Moraes há questão de trinta dias? “A internet deu voz aos imbecis”. E também disse: “A Justiça não vai se acovardar diante de milícias digitais de extrema direita e que a democracia será garantida com as eleições”. Bom, sabemos a intenção desse Ministro. Então, a resposta para ele, vou usar as palavras dele: Nós, brasileiros de bem, não iremos nos acovardar diante de um Ministro que se acha o dono da verdade e que está acima da lei. Senhor Ministro, o senhor não está acima da lei, o senhor responde à lei como qualquer um de nós, o senhor está abaixo da Constituição Federal como qualquer um de nós. Por isso, movi um processo contra o Ministro Alexandre de Moraes, um processo de indenização por danos morais e já está marcada a audiência de conciliação para o dia 30/08, às 15h30. Vamos ver se o Ministro comparece para justificar, o valor da causa não é grande, são vinte e quatro mil e uns quebrados, se for vencedor, óbvio que vou doar isso aqui para uma instituição de caridade, que dinheiro dele para mim não serve para nada. Então, está aí, vou publicar esse processo, essa ação que movi. E qualquer

brasileiro que se sentir ofendido, pode agir da mesma maneira. Não temos que ter medo... Senhor Presidente, peça para o cidadão ficar quieto, por favor. A educação é bom em qualquer lugar, ainda mais educadores, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pessoal, nossos visitantes, por favor, vocês são sempre bem-vindos, o Regimento da nossa Casa é claro, a plateia tem que se comportar, ficar em silêncio, não pode ofender; além de não poder ofender, não pode interferir na fala do Deputado. Então, por favor, não interrompam o Deputado durante a sua fala. Estamos entendidos? Sejam bem-vindos, no final podem até aplaudir ou vaiar, mas não durante a fala do Deputado, não interfiram, por favor. Tem a palavra.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Muito obrigado, Sr. Presidente. É bom lembrar a todos que o maior reajuste quem deu aos professores foi o Presidente Bolsonaro, 33,24%, 33,24%, mudou o piso de 2.880 para 3.845. Nenhum Presidente fez isso. Bom deixar claro isso. É bom lembrar também que a educação em 2015 perdeu 10 bilhões e meio, Deputado Tadeu Veneri, no Governo Dilma. Quem tirou dinheiro da educação foi o Governo PT e o Lula deixou de aplicar 32 bilhões na educação também. Os senhores não estão com memória boa, vamos relembrar, vamos falar a verdade aqui para o povo. Em 13 anos, em 13 anos, Lula e Dilma criaram 40 estatais, 40 estatais para ser cabide de emprego, todas deficitárias, dando prejuízo de bilhões aos cofres públicos, bilhões esses que poderiam ter sido investidos na educação e na saúde. Mas, lógico, o Lulalau, ladrão, não quis, preferiu usar o dinheiro público para enriquecer. Outra coisa que ouvi aqui o Deputado Tadeu Veneri falar. O Governo Bolsonaro, o Governo Bolsonaro está sendo excelente para o Brasil, Deputado Tadeu. O Brasil, para quem fica seguindo só a cartilha do PT não vai ouvir notícia boa, para quem ouve a *Globo* não vai ouvir notícia boa, mas para quem ouve relatório de economia mundial e nacional, sabe que o Brasil já alcançou, já está no *ranking* dos 10 maiores países da economia. Isso é governo Bolsonaro. O Brasil, no G-20, é o País que mais empregos criou pós-pandemia. Isso é trabalho sério, competente e honesto. Todas estatais estão dando lucro, todas davam prejuízo no Governo PT. E é bom lembrar, Deputado Tadeu, que o PT quebrou a Petrobras, sim, a ação da Petrobrás virou pó

quando a Dilma saiu e hoje não, hoje ela está rentável. E o aumento da inflação e do combustível, o senhor bem sabe, finge que não sabe, é mundial, não é no Brasil. O Brasil está melhor que muitos países ainda, é que a informação verdadeira vocês não querem dizer, vocês querem criar um caos para enganar o povo, esse povo iludido com um Governo ladrão que o PT fez aqui. Deputado... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, esta Presidência gostaria de solicitar aos nossos visitantes que não interrompam, por favor, deixem o Deputado usar a tribuna, é um direito dele, isso é garantido aqui pelo nosso Regimento, não interfiram, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, por favor, teve uma vez aqui que começaram a vaiar e falar contra o Deputado Tadeu, contra outros, eles exigiram que a segurança retirasse a pessoa. Vamos agir igual, dois pesos e duas medidas não, vamos agir igual.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, acredito que não precisamos, estamos fazendo a comunicação e tenho certeza de que o pessoal, os nossos visitantes vão nos atender. O Deputado tem toda a garantia de usar a palavra, não interfiram, por favor. Tem a palavra, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Depois o senhor me dá mais um tempo para continuar, mas tudo bem. Ontem, o Deputado Arilson, é colega meu e o respeito, Deputado bom, inteligente, pena que está do lado errado, mas tudo bem, ele faz a parte dele defendendo alguém que para mim é a pior pessoa que o Brasil já teve, que se chama Lula. Esse homem destruiu o Brasil, saqueou o Brasil de todas as maneiras, não concluiu obra nenhuma no Brasil. Concluiu em Cuba, Venezuela, Angola, foram bilhões e bilhões do nosso dinheiro para fazer metrô, para fazer aeroportos, ferrovias, rodovias, tudo com o dinheiro nosso, de vocês também, e estamos pagando a conta, porque a Venezuela já deu calote, Angola deu calote. Esse é o Governo PT que tínhamos aqui e tem gente que ainda bate palma, isso é de se admirar, é para ser estudado na Nasa quem aplaude o PT ainda. Aí fiz um convite, Deputado Arilson, o senhor falou que o Lula não tem, não tem mais o que fazer, o senhor

falou aqui que o Lula não tem tempo para andar pelas ruas, ele tem muito o que fazer. Sei o que ele fez no Governo dele, realmente fez, fez bem e bem feito, saqueou o Brasil. Isso aí ele é campeão de fazer. E quando desafiei e continuo o desafio para qualquer um que quiser, vamos andar na rua, vou com o Presidente Bolsonaro e vocês vão com o Lula. Vamos ver o que a rua, o *Datapovo* fala na rua. O desafio está feito. Mas o Lula não vai sair na rua. Tem medo, porque sabe que deve para a população. Ele sabe que saqueou o Brasil. Ele sabe que o povo tem nojo dele. O povo brasileiro não aceita mais ladrão no governo. Estamos há três anos e meio com o Governo Bolsonaro sem nenhuma queixa de roubo, de falcatura. Nenhuma. No PT todo dia tinha escândalos, mensalão, petrolão, BNDES, Caixa Econômica. Tudo onde o PT colocou a mão houve saque do dinheiro público. É inacreditável que esse povo ainda bate palma. Sabe o que é o Lula voltar ao poder? É o ladrão voltar à cena do crime. Mas não vai voltar. Não vai voltar não. Estamos vendo aí a população brasileira no Brasil inteiro vai às ruas receber o Bolsonaro, chamando de mito, aplaudindo, cumprimentando, enquanto o Lula aonde vai é xingado de ladrão, tem medo de ir para a rua. A Deputada Gleisi agora criou uma nova forma de fazer política, Deputado Requião, vão fazer uma caravana virtual para o Lula e o seu pai que é candidato a Governador. Nunca vi campanha virtual. Para quem tem medo do povo, é melhor a campanha virtual, porque será humilhado na rua. Isso é óbvio. E, para finalizar, não quero decepcionar nenhum dos senhores, Requião não volta. Não tem a mínima chance de voltar. Não é culpa minha não. E o Lula não volta também. O Lula só pode voltar para a cadeia, que é o lugar dele. Lugar de ladrão é na cadeia. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, pessoal. (Manifestações nas galerias.) Pessoal, por favor. Já se manifestaram. Precisamos continuar a Sessão, por favor, façam silêncio. Gostaríamos de registrar a presença nesta Casa do Prefeito de Pinhal de São Bento, Sr. Paulo Falcade, do Presidente da Câmara, Sr. Paulo Sergio da Silva, e do Vereador Sadinei Felipe, por solicitação do Deputado Guerra. Obrigado pelas presenças. Com a palavra, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Na frase atribuída à Montesquieu “a injustiça que se faz a um é uma ameaça que se faz a todos”. Lembro essa frase porque vou mencionar um fato que me foi trazido ao conhecimento faz uns 15 dias por um competente Vereador da cidade de Loanda, da bela cidade de Loanda, no noroeste, o Vereador Bruno Peres. O Bruno entrou em contato comigo noticiando uma situação bastante desagradável ocorrida em um Colégio Estadual naquela cidade, que levou uma medida que lhe pareceu bastante injusta, a exoneração do diretor e da vice-diretora da escola, que têm décadas de serviço público no Estado do Paraná. Não vou falar aqui o nome da escola, nem o nome do diretor, nem da vice-diretora, nem de nenhum personagem envolvido, muito menos se for menor de idade, nem de ninguém. Acho que isso ajuda a focar no problema em vez de as pessoas, para que cheguemos à solução desse caso. Esse diretor e essa vice-diretora foram removidos dos cargos há alguns dias sob uma acusação séria de homofobia, que não foi de perto nem comprovada e sem terem tido de apresentar defesa ao devido processo legal. De uma hora para outra, eles foram removidos dos cargos e passaram a ter que conviver com estigma indevido de terem cometido algo sério que, ao meu ver, não cometeram. Para ser o mais justo possível, tomei o cuidado de ligar para o diretor e para a vice-diretora, para a chefia do Núcleo de Educação em Loanda, para o Secretário de Educação e também tomei o cuidado de ler o processo judicial que o diretor e a vice-diretora moveram contra o Estado do Paraná para voltar a seus cargos. E, sinceramente, espero que eles vençam o processo judicial e que, eventualmente, sejam reparados dos danos morais que eles e seus familiares tiveram com esse episódio. Tudo começou no último dia 2 de fevereiro, há pouco tempo, quando o Núcleo de Educação em Loanda recebeu uma esquisitíssima denúncia anônima feita por quem parecia saber exatamente o que estava fazendo, direcionada à Controladoria do Estado do Paraná. A denúncia foi protocolada no site da Coordenadoria e em alguns dias chegou ao Núcleo que, em cinco dias, designou uma equipe de profissionais para uma Comissão de Verificação na escola. E uma Comissão de Verificação não é nem sindicância, não é nem muito menos processo administrativo. A denúncia era que o diretor e a vice-diretora, além de alguns outros professores, teriam

xingado e trado mal os alunos LGBT e que eles veriam com naturalidade relacionamentos heterossexuais, mas não homossexuais, que eles tentariam converter alunos gays ou tentariam transferi-los de colégio e que perseguiriam outros professores que defenderiam o direito de esses alunos conviver normalmente. A Comissão desenvolveu seus trabalhos na escola no período de 7 a 22 de fevereiro e logo no dia 3 de março chegou à conclusão: “A Comissão de Verificação Prévia concluiu que os fatos ocorridos na instituição de ensino não se deram igualmente como narrado na denúncia. Porém foi possível identificar indícios da ocorrência”. Li o relatório e a conclusão a que chego é que o relatório é absolutamente frágil. Uma das alunas que teriam supostamente sofrido preconceito disse que está muito bem com os acusados e que nunca sofreu preconceito algum. A maior parte das pessoas ouvidas nessa Comissão não disse ter problema algum no colégio. Uma aluna e uma professora, é verdade, reclamaram de algumas passagens, mas narraram episódios – do meu ponto de vista – sem gravidade e que se pode estar diante muito mais de uma opinião ou de uma crença pessoal, ou ainda de uma opção pedagógica de disciplina do que de um ato preconceituoso. Para vocês terem uma ideia, um dos episódios envolveria um suposto namoro entre uma menina de 12 anos e uma menina de 17 anos e que na escola teria sido desestimulado a pedido inclusive de um pai de uma dessas alunas. Como advogado, posso dizer, claramente, que esses fatos jamais fundamentariam uma condenação em algum local, ainda mais em um processo judicial. Nada disso importou. No último dia 28 de abril, mesmo sem sindicância, mesmo sem processo administrativo, o diretor e a vice-diretora foram exonerados do cargo após autorização. Antes disso, aliás, durante esse processo todo, foram obrigados a desenvolver um plano de ação para ensinar tolerância LGBT na escola e o Núcleo também, nesse período, convidou uma profissional, uma ativista LGBT para direcionar algumas palavras aos profissionais do Núcleo, certamente uma espécie de tomada de posição sobre o problema. Outro episódio que talvez os senhores tenham tido conhecimento, na mesma escola, que embora não foi objeto da denúncia e nem objeto da Comissão de Averiguação, mas que repercutiu na cidade de Loanda porque um padre conhecido em Loanda o mencionou em uma missa, foi o uso de um banheiro de um sexo por um aluno que se identifica com outro sexo. Estudantes teriam se incomodado com isso e

pediram providências ao diretor que, em comum acordo com o envolvido, resolveu a contento o problema e não há mais problema algum me parece em relação a isso. Em todos esses casos, parece-me que o diretor e a vice-diretora agiram com cuidado, com respeito, ponderaram todos os interesses em jogo e me parece que diante das circunstâncias, com o treinamento que tiveram, agiram de modo digno, respeitaram as pessoas e procuraram acertar. Parece-me muito difícil, muito cruel exigir que eles tivessem se comportado de maneira distinta. No entanto, foram exonerados rapidamente, mesmo após décadas de serviços prestados à sociedade, em um processo esquisitíssimo, gerado por uma denúncia anônima esquisitíssima. Esses fatos envolvem questões difíceis, que estão longe de ser consenso na sociedade brasileira ou paranaense e que mereceriam um cuidado muito maior por parte do Governo e por parte nossa aqui também. Sei que existem alguns projetos de Deputados que tratam de algumas dessas questões. A discriminação é um problema, certamente, mas também não é um julgamento precipitado de estigmatização, ainda mais em um momento como o que estamos vivendo. Não vamos fazer um País melhor se ficarmos jogando todos contra todos. Espero sinceramente que a Justiça seja feita, nesse caso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente Tercílio Turini, a todos os Deputados e Deputadas que hoje se fazem aqui presentes, uma boa tarde. Uma boa tarde especial ao pessoal que ocupa as galerias que estão aqui hoje para lutar pelos seus direitos. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. (Aplausos.) Presidente, quero começar falando, quero me solidarizar ao pessoal dos assentamentos e acampamentos da cidade de Quedas do Iguaçu. Esse pessoal hoje se encontra acampado em frente à Prefeitura Municipal já por dois dias, solicitando reparos, melhorias nas estradas rurais e também melhorias no atendimento de saúde nos acampamentos e nas comunidades. Quero deixar aqui o nosso apoio à causa e à justa luta deles. E hoje aqui recebemos os aposentados do serviço público estadual que lutam por seus direitos e pela vida digna. É, na verdade, motivo para mim de vergonha termos

que fazer com que essas pessoas se desloquem até aqui para terem cumpridos os seus direitos, as suas coisas que lutaram por 25, 30, 35 anos e construíram este Paraná. Todos temos prazo de validade e os direitos que merecem ser dados e corrigidos têm que ser o mais breve possível. Hoje a principal reivindicação dos nossos servidores aposentados está em elevar a margem de isenção de cobrança do desconto previdenciário para o teto do INSS, que se aproxima de seis salários mínimos, R\$ 7000,70, algo que custaria para o Governo do Paraná em torno de R\$ 350 milhões. A cifra parece alta, mas é nanica, mínima perto da renúncia bilionária de R\$ 17 bilhões que o Governo do Paraná sabe e faz para Deus quem e quando? Quais são esses megaempresários beneficiados? Dinheiro deixado de ser investido na educação, na saúde, na segurança e tirado destes que estão aqui hoje. E queremos e também tem aqui servidores da ativa representados aqui pela Walquiria da APP-Sindicato, ou pela Neiva do SindSaude, ou pelo Zé Maria do Sinteemar que estão aqui, que sejam pagos a data-base de 12.13%, mais o residual de 3,39 estabelecido pela Lei 1.849/2015, recurso esse que tem no Governo do Estado do Paraná e tem em caixa. O que estamos aqui querendo é que o Governo pague o que é de direito do servidor e da servidora e do aposentado. Esse dinheiro será reinvestido na economia do Paraná. Aposentado, aposentada, professor, professora não compram vinho no mercado internacional, gastam na lojinha, gastam no mercado, fazem a economia fluir e o Governo tem que entender isso. (Aplausos.) Se o Governo quer realmente investir no Paraná, comece cuidando daqueles que fazem o Estado funcionar, ou daqueles que deram sangue, suor e sacrifício para que chegássemos hoje até aqui. Quero lembrar que o Paraná, no primeiro quadrimestre, aplicou 40.62% da receita corrente líquida em gasto de pessoal. Tem margem suficiente para prover o que é cobrado e exigido aqui. E hoje essas pessoas esquecidas pelo Estado estão aqui na Assembleia, mas pasme, Deputado Tercílio, foram proibidas de acampar ou de colocar uma barraca na Praça Nossa Senhora da Salete. É um absurdo! (Aplausos.) É época de efeito ditatorial. Muitos aqui gostam de falar, Deputados aqui, que apoiam a família, que apoiam nossos filhos. Olha, quer apoiar nossos filhos e a família, é apoiar o professor a ter condições de dar aula! (Aplausos.) É esse o debate que tem que ser feito por esta Casa. Todo mundo sabe: eu sei e você sabe, todos

sabemos, não existe gestão pior para a educação do que a do Feder. Um mercadológico investido no cargo principal de educação do Estado. O Paraná que já foi pujante, líder dos indicadores de educação, hoje cai em desgraça com a fama que o Feder gerencia a Secretaria. Terceirização a rodo. Gastam-se 200 milhões a mais em terceirização com os servidores que tinham. Para se ter uma ideia, desde 2019, são 12.299 funcionários a menos na escola do Paraná. E hoje a terceirização custa mais cara do que esses servidores. Por que os aposentados estão aqui? Terceirização não contribui para o Fundo de Previdência. Se não contratar servidores, vamos falir! Já tivemos uma reforma da previdência que prejudicou o povo do Paraná, uma reforma que tirou direitos dos servidores. Uma das pautas está aqui: 14% cobrado daqueles que lutaram por anos e hoje estamos aqui lutando para que sejam isentos até o teto do INSS. Olha, o Governo tem que parar de propaganda, pôr os pés na realidade, entender o que acontece na escola e na vida das pessoas. Não é investindo em propaganda e, pasmem, saltou de 70 para 90, para 140 e hoje corresponde a 160 milhões de gasto com publicidade. Dava para pagar tudo isso que está sendo cobrado. A escolha é que tem que ser feita pelo Governo do Estado no Palácio do Iguaçu: ou é o povo ou é a Bovespa, em São Paulo. É hora de apostar no povo paranaense. Três anos e meio de Governo e estamos vendo um quadro caótico. É aumento na conta de água em 24%, é aumento na luz, é pedágio que vai voltar mais caro, é renúncia para megaempresário e o serviço público às favas, passando apertado. Por isso, a nossa luta é para que o Governo *abra o olho*. Talvez, talvez, Deputado Micheletto, V.Ex.^a, que é um bom Líder do Governo e de diálogo, inclusive vai receber o pessoal para conversar hoje, talvez estejam orientando de forma equivocada o Governador. Às vezes, alguns Secretários que *posam de bom moço*, que riem toda hora, não falam a verdade para o Governador. Este povo que está aqui hoje, precisa que o Governo abra as mãos, o coração e a mente para entender que sem servidor, serviço público e na luta, não temos um Estado eficiente. A hora da nova política, tanto defendida pelo Governo, é agora. A educação é a parte principal da nova política que defendo. Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero parabenizar V.Ex.^a pelo pronunciamento e quero aqui contribuir com relação à isenção do pagamento

de previdência aos servidores aposentados até o teto. O Governo não vai gastar um centavo. O que ocorre é que o servidor aposentado até o teto para de recolher previdência. O Fundo de Previdência já foi pago por esses aposentados a vida toda. Eles não devem mais nada para o Fundo de Previdência. Ocorre que na reforma da previdência, no Estado do Paraná, o argumento usado para cobrar os aposentados que recebem abaixo do teto foi de que havia déficit e sabemos que não há déficit. O que tínhamos e o que temos é uma deficiência financeira por conta do ataque feito no 29 de abril contra o Fundo de Previdência. Quem deve é o Governo, não os servidores. Por isso, pode perfeitamente ser enviada para cá uma PEC e corrigir essa brutal injustiça contra os nossos servidores aposentados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É isso. O nosso caminho, sem dúvida nenhuma, é o diálogo. É hora de o Governo realmente dialogar com os seus servidores, seja na inativa ou que estejam na ativa. Estamos em um momento delicado da economia. Todo esforço para corrigir a massa salarial vai voltar em forma de tributo para o povo do Paraná. É importante entender isso, principalmente nas cidades menores do Estado, onde o fluxo econômico é mais localizado. Portanto, se tivermos essa premissa e o Governo souber captar essa ideia, deixar o padrão apresentado pelo Secretário de Educação e tirar esse processo de terceirização, conseguimos ter um avanço. Acho que o momento, mais do que nunca, é meritório. Passamos por um desastre sanitário, por uma pandemia, por um Governo Federal que negou a Ciência, negou o investimento e propiciou esse caos, mas que se tudo der certo o remédio para o inominável que está na Presidência da República é 2 de outubro. De lá não passa e de lá será enterrado. Quero aqui registrar o compromisso da Bancada da Oposição de dialogar para construir uma solução que tenha resultado. Muito obrigado! Deus nos abençoe! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença nesta Casa do Vereador de Bom Sucesso, Sr. Raimundo Fernandes, por solicitação do Deputado Professor Lemos. Obrigado pela presença! Seja sempre bem-vindo! Com a palavra, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Quero aqui também fazer uma saudação a todos que se fazem presentes aqui nas nossas galerias. É importante, novamente, termos aqui na nossa Casa a força dos nossos servidores, da população do Paraná, para que possam logicamente dar as suas contribuições, que são legítimas e que com certeza precisamos buscar e respeitá-las. Então, quero também parabenizar a todos vocês, dizer a todos que acho que fui o único Deputado que fiquei aqui desde o primeiro Deputado, no Pequeno Expediente, que foi o Professor Lemos, até a chegada da minha fala, ouvindo atentamente as contribuições de todos os nossos Deputados que vieram aqui à tribuna. Sou Líder do Governo faz 60 dias. Estava como Secretário da Administração e Previdência do Estado do Paraná. Foi feito um chamamento do Governador para que pudesse levar as minhas contribuições, para ajudar a tentar cada vez mais buscar aquilo que acho que é importante e salutar aqui: abrir o diálogo, buscar o entendimento e ouvir as partes, colocar-se no lugar do próximo. E o Deputado Lemos sabe muito bem que sempre fui do diálogo, sempre estivesse presente nas reuniões com a APP, com todos os sindicatos, ouvindo contribuições importantes para que o nosso Governo pudesse recepcionar e colocar em prática. É assim que trabalho, é assim que exerço a responsabilidade de como Líder ouvi-los, como farei acabando a Sessão, a nossa votação lá na Liderança do Governo. Coloco-me, sim, no lugar dos nossos servidores. Sei da importância, sei das contribuições. Estamos de passagem, isso é verdade. Vocês contribuíram enormemente para fazer este Estado ser hoje a quarta maior economia do País. É legítimo todos vocês buscarem os direitos de todos. Agora, é preciso aqui colocar a questão administrativa, de todos os acontecimentos que estão fora dos nossos alcances, a questão macroeconômica, as questões todas que se fazem presentes e que muitas vezes dificultam fazer aquilo que todos aqui que estamos na Assembleia Legislativa queremos: dar aquilo que é de direito de todos vocês. Esse é o esforço e a vontade de todos nós. Ninguém aqui gostaria de diminuir os nossos servidores. Não é essa a nossa vontade. Quero aqui dizer a vocês que faço esse esforço diariamente com o Líder da Oposição, com o Professor Lemos, com o próprio Tadeu, com todos, com a Luciana, com todos aqui. Fui, sim, o Secretário que mais ouviu no Governo Ratinho Junior as contribuições dos nossos servidores e dos sindicatos, e relatei sempre isso ao

nosso Governador. É importante termos responsabilidade com os nossos servidores, colocar-se ao lado de todos eles, porque a inflação está corroendo logicamente o salário de todos vocês. Sabemos disso e temos que achar mecanismos para poder dar aquilo que é de direito, mas muita coisa tem acontecido no meio desse caminho. E nós que estamos aqui na Liderança do Governo, e me colocando aqui como Governador, como Executivo, temos que olhar para os nossos servidores, mas também precisamos ter e sei do zelo e do cuidado de vocês com o restante do povo paranaense. Temos 11 milhões de pessoas que também precisam do apoio do Governo do Estado, da máquina econômica girando para gerar emprego, para gerar renda, para diminuir nessa dificuldade toda que está acontecendo, principalmente nos últimos dois anos. Quem de nós aqui gostaria de ter essa pandemia que prejudicou enormemente todos nós e que o Governo teve que fazer um exercício de colocar bilhões de reais para salvar o máximo de paranaenses possível na nossa saúde. Quantos, quantos paranaenses perderam os seus empregos, micro e pequenos empresários que lutam diariamente para sobreviver e levar também o seu pão de cada dia para casa? E tivemos que tomar decisões importantes e difíceis, equacionar toda a nossa economia, a nossa receita para cuidar dos nossos servidores e não atrasar os seus salários e, ao mesmo tempo, cuidar do povo paranaense, principalmente das pessoas mais vulneráveis, mais pobres do nosso Estado, e fizemos, encaminhamos vários programas de Governo, o programa *Comida Boa*, *Energia Solidária*, *Água Solidária*, *Aluguel Social*, mais de R\$ 500 milhões que também colocamos para cuidar das pessoas que mais tiveram dificuldades com essa pandemia, a questão econômica, a questão hídrica. E por isso que faço aqui um apelo aos nossos servidores, agradecer a sensibilidade que vocês tiveram de saber que tivemos que tomar essas decisões difíceis, mas para também cuidarmos principalmente das pessoas mais vulneráveis. Dizer aqui que a nossa *Energia Solidária*, como falavam aqui no passado, atendia a 140 mil pessoas e estamos atendendo a mais de 330 mil famílias que estão sendo beneficiadas. A questão da *Água Solidária*, antigamente se falava que ajudavam muito e hoje são mais de 360 mil famílias que estão recebendo incentivo, aluguel social, isenções fiscais para que pudéssemos gerar ainda mais capacidade para o nosso setor produtivo gerar emprego e o Paraná gerou

no ano passado recorde de empregos, mais de 170 mil pessoas foram empregadas e isso gera dignidade a essas pessoas também que precisam. Então, quero aqui agradecer e o Governador sabe disso porque defendo e falo isso diariamente para ele: precisamos achar mecanismos para olhar agora para dentro da nossa casa, que são os nossos servidores, que tiveram a capacidade de entender e sacrificaram, porque a inflação tem corroído o salário de vocês e principalmente dos nossos aposentados, que estão aqui hoje exercendo o seu direito de vir aqui buscar este entendimento conosco do Governo. E estarei ao lado de vocês para defendê-los, porque os recepcionarei agora, com os Deputados da Oposição, para buscarmos esse entendimento. (Aplausos.) Chegou a hora para que possamos, acabando a pandemia, gerando lá fora, como o Governo do Estado fez, emprego, cuidando do povo paranaense, mas agora precisamos chegar a este olhar sensível do Governo por tudo o que vocês servidores fizeram e continuam fazendo, mesmo sacrificados por esta inflação que tem corroído o salário de todos vocês. A data-base, talvez daqui a poucos dias, o Governo possa dar uma boa notícia, porque está sendo buscado esse entendimento, como disse para vocês, para olharmos para dentro agora dos nossos servidores. E esta sugestão que trouxe aqui o próprio Deputado Lemos, com o nosso Líder da Oposição, de buscarmos, hoje já são isentos até três salários os nossos aposentados, mas por que não fazer este esforço para chegarmos até o teto do INSS a responsabilizar todos vocês? (Aplausos.) Então, sou do entendimento e do diálogo. Vocês têm aqui alguém que quer buscar tudo isso! E, para finalizar, quero dizer ao Deputado Delegado Fernando que neste Governo ninguém põe o dedo em riste em ninguém, principalmente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Micheletto, para concluir, por favor.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... os nossos Deputados desta Casa, que têm seu direito de fazer o contraditório, que têm o direito de dar sugestões e é inadmissível termos um servidor do Estado em um cargo de comissão ameaçando qualquer pessoa que seja. Por isso que tenho certeza de que o Governador tomará uma posição muito forte. Quero aqui também, para

finalizar, dizer que estamos ajustando a questão do Detran, que estão aqui os nossos servidores do sindicato, o Evandro e o Denis, do próprio IDR, que tivemos aqui hoje também na CCJ nessa contribuição. Estamos fazendo todos os ajustes necessários, reorganizando todas essas distorções que não vieram apenas, como alguns tentam dizer, do Governo Ratinho Junior, tem muita coisa que vem do passado e que precisamos melhorar. Muito obrigado, Presidente. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registraremos a presença nesta Casa do Prefeito de Barbosa Ferraz, Sr. Ednilson Miliossi, por solicitação do Deputado Douglas Fabrício. Obrigado pela presença.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Deputado Soldado Fruet acabou de me ligar aqui, ele está com Covid e não pôde estar presente, mas pediu para registrarmos o apoio dele à questão dos aposentados nas duas pautas, da data-base e da questão da isenção até o teto do INSS, da contribuição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ok, Deputado Arilson. Solicitar para a nossa 1.^a Secretária, Deputada Cristina, que faça a leitura de uma mensagem que acabou de chegar do Governo.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Cristina Silvestri – PSDB): Mensagem n.^º 40/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 249/2022), que dispõe sobre o subsídio do quadro de pessoal dos servidores do Detran do Estado do Paraná – QPDE.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (47 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Ademar Traiano (PSD) conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno, Coronel Lee (PDC) conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno, Soldado Fruet (PROS) conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno (3 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cassiano Caron (UNIÃO), Delegado Francischini (UNIÃO) e Emerson Bacil (UNIÃO) (3 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 244/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre o deferimento do ICMS em operações de aquisição de insumos e importação de bens de capital para construção de habitações populares em empreendimentos sustentáveis com mais de 50% (cinquenta por cento) de áreas permeáveis; **Autuado sob o nº**

245/2022, do Deputado Delegado Francischini, que assegura a liberdade de expressão e informação no Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 246/2022**, do Deputado Tercílio Turini, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural e Recreativa Illuminare, com sede no município de Rolândia; **Autuado sob o nº 247/2022**, do Deputado Paulo Litro, que insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná a Festa Trezena e Quermesse de Santo Antônio, do município de Dois Vizinhos; **Autuado sob o nº 248/2022**, do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Sebastião Fagundes Cunha.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 492/2021, de autoria dos Deputados Goura, Boca Aberta Junior, Luciana Rafagnin, Reichembach, Luiz Claudio Romanelli, Dr. Batista e Anibelli Neto, que cria a Lei de Incentivo à Cultura do Bambu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1**, dos Deputados Goura, Marcel Micheletto, Luciana Rafagnin, Boca Aberta Junior, Mabel Canto, Maria Victória, Arilson Chiorato, Reichembach, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Professor Lemos.) **O Projeto recebeu emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 183/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 32/2022, que altera a Lei n.^º 20.118, de 19 de dezembro de 2019, a Lei n.^º 20.832, de 7 de dezembro de 2021, e a Lei n.^º 20.916, de 17 de dezembro de 2021, que autorizaram o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis aos municípios de Alto Paraná, Agudos do Sul e Enéas Marques. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto as Lideranças?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada...

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Favor registrar o meu voto favorável, porque aqui o leitor digital está desconectado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cassiano Caron, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Francischini, Del. Jacovós, Emerson Bacil, Gilson de Souza, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (11 Deputados).] **Com 43 votos “sim” com o voto do Deputado Reichembach e nenhum contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 183/2022.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 199/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 763/2022, que altera a Lei n.º 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1,** dos Deputados Goura, Tadeu Veneri, Luciana

Rafagnin, Mabel Canto e Arilson Chiorato.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 362/2016, de autoria do Deputado Paulo Litro, que estabelece, no abito do Estado do Paraná, a Semana de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em discussão o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, *pela ordem*, enquanto os Deputados votam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Só anunciar, convocar, convidar os Deputados a participarem, logo depois da Sessão, aqui, da nossa reunião da Comissão de Esportes, que será aqui na Sala Caíto Quintana. Então, todos estão convidados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho,

Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cassiano Caron, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Emerson Bacil, Gilson de Souza, Goura, Nelson Justus, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (12 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 362/2016.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 763/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 251/2021, que altera a Lei n.º 19.362, de 20 de dezembro de 2017, para incluir a destinação de ossadas humanas identificadas não reclamadas e não identificadas que se encontram sob custódia do IML e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Emenda da CCJ. Emenda da Comissão de Saúde Pública com parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando o voto ainda de vários Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cassiano Caron, Coronel Lee, Del. Francischini, Del. Jacovós, Emerson Bacil,**

Gilson de Souza, Goura, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (14 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 763/2021. (O Sr. Presidente, Deputado Tercílio Turini, registra em Ata o voto favorável do Deputado Gilson de Souza.)

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente Tercílio, *pela ordem*, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, *pela ordem*, Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Amanhã, no auditório legislativo, às duas horas da tarde, por proposição do Deputado Goura e minha, já temos Deputados confirmados presenças, vamos discutir, com as entidades da cultura do Paraná, os desafios da cultura no Estado. Então, todos estão convidados. Obrigado.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Senhor Presidente, o Deputado Gilson, aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Quem? Gilson de Souza.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Apenas registrar o meu voto “sim” no Item anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Fica registrado em Ata, Deputado Gilson.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 200/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/2022, que autoriza o Poder Executivo, por meio da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – Codapar, doravante denominado IDR-Paraná, a efetuar a cessão de uso, ao Estado do Paraná, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de

Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cassiano Caron, Coronel Lee, Del. Francischini, Emerson Bacil, Galo, Goura, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Nelson Justus, Requião Filho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tião Medeiros (16 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 200/2022.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 208/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36/2022, que altera a Lei n.º 15.601, de 16 de agosto de 2007, a Lei n.º 17.648, de 31 de julho de 2013, e a Lei n.º 20.798, de 19 de dezembro de 2021, que autorizaram a doação de imóveis aos municípios de Marmeleiro, Toledo e Rolândia, respectivamente, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Em discussão o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cassiano Caron, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Emerson Bacil, Goura, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nelson Justus, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 208/2022.**

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente. Deputado Luiz Carlos Martins.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): O meu voto é “sim”. Estou registrando na minha máquina. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 209/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 37/2022, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar – Emater a efetuar a doação, ao Estado do Paraná, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, registre o meu voto. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, vamos registrar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Luersen, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cassiano Caron, Coronel Lee, Del. Francischini, Emerson Bacil, Goura, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 39 votos “sim”, com o voto do Deputado Luiz Carlos Martins, e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 209/2022.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos dois requerimentos do Deputado Soldado Fruet: **Requerimento n.^o 1805/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Delegado- Geral da Polícia Civil,

requerendo esclarecimentos atinentes ao fechamento de unidades da Polícia Civil no Estado; e **Requerimento n.º 1806/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, requerendo esclarecimentos atinentes ao fechamento de unidades da Polícia Militar no Estado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Adiados na forma regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1760/2022, do Deputado Nelson Luersen, solicitando envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Edmundo Caetano Pinto; **Requerimento n.º 1761/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Administração e Previdência do Paraná, Sr. Elisandro Pires Frigo, requerendo a concessão de aposentadoria integral com paridade aos servidores do Estado portadores da doença espondilite anquilosante; **Requerimento n.º 1762/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Sr. Everton Souza, requerendo o teor dos projetos apresentados pela Secretaria para uso dos recursos decorrentes da multa ambiental aplicada pelo rompimento do Poliduto “Olapa”; **Requerimentos n.ºs 1763 e 1764/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Ali Nayef Bark; e Silvio Pereira da Silva; **Requerimento n.º 1765/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo a construção de terceiras faixas na PR-170, no trecho que liga os municípios de Rolândia e Porecatu; **Requerimento n.º 1766/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo a instalação de um semáforo ciclovisual no trevo da PR-160, no município de Cornélio Procópio;

Requerimento n.º 1771/2022, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com certificado de menção honrosa à Escola Milton Santos, município de Maringá, pelas comemorações alusivas aos 20 anos de sua história pela Educação do Campo e Agroecologia; **Requerimento n.º 1772/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo estudos técnicos para instalação de um redutor de velocidade (radar) e instalações de tachões no cruzamento da entrada da Araupel, na altura do Km 256 da Rodovia PR-466 – Distrito Industrial do Atibaia, e em frente à Ervateira no Distrito de Palmeirinha em Guarapuava; **Requerimentos n.ºs 1773 a 1793, 1795 a 1797, 1799 e 1800/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: José Nogueira; João Maria Silva; Palmira de Oliveira; Ocalina Ribeiro da Rocha; Maria de Lima dos Santos; Helena Glape Vieira; Neusa Maria Stavski; Maria Aparecida Miguel dos Santos; Eduvирgem Costa Ferreira; Cristina Charneski Camargo; Roseli Vieira de Almeida; Neuza Terezinha Santana; Durval da Luz Inglez; Sirlei de Fátima Dias; Maria Angela Alves; Roseli Aparecida Tortura; Percy Hoffmann; Dulcídio Galvão da Silva; Olga Naconechezny Alves dos Santos; Carmelia Lemes Teixeira; Pedro Iaroczinski; Ali Nayef Bark; Milton Kubiski; José Clemente dos Santos; Benedito da Silva; e Alcides Vasco de Carvalho; **Requerimento n.º 1798/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do advogado Dr. Osório Alberto Carazzai; **Requerimento n.º 1801/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de voto de congratulações e menção honrosa para o Rapper Paladino, Ewerton Andrade de Oliveira, pela música e vídeo clipe “Saudade”, que homenageia as vítimas da Covid-19; **Requerimento n.º 1802/2022**, do Deputado Nelson Luersen, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Luiz de Castro Sobrinho; **Requerimento n.º 1803/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo melhorias na sinalização da PR-445, no trecho entre o Distrito de Warta e o município de Bela Vista do Paraíso; **Requerimento n.º 1804/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Antônio Cartaxo,

requerendo informações sobre a disponibilização pelo Sistema Único de Saúde de inibidores de ciclinas para o tratamento do câncer de mama avançado ou metastático; **Requerimento n.º 1807/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações à Sr.^a Ana Ferreira Pinto, pelo exercício da função de parteira; **Requerimento n.º 1808/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Clube de Orientação de Curitiba e o Clube de Orientação Gralha Azul; **Requerimento n.º 1809/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para a Biblioteca Pública de Londrina, pelos mais de 70 anos de existência prestando serviços relevantes para toda a população; **Requerimento n.º 1810/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa às pessoas físicas e jurídicas nomeadas, pela prática e promoção da arte e incentivo da cultura no Estado do Paraná; **Requerimentos n.ºs 1811 e 1812/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Ali Nayef Bark; e Alice Grion Luizão.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1767/2022**, dos Deputados Tadeu Veneri, Luiz Claudio Romanelli, Luciana Rafagnin e Professor Lemos, requerendo a inclusão dos Deputados Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Tadeu Veneri como coautores da Proposta de Emenda à Constituição n.º 1/2022; **Requerimento n.º 1768/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 119/2020, de sua autoria; **Requerimento n.º 1769/2022**, dos Deputados Ricardo Arruda e Coronel Lee, requerendo a inclusão do Deputado Coronel Lee como coautor do projeto de Lei n.º 529/2021; **Requerimento n.º 1794/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a convocação de reunião da Comissão de Defesa do Consumidor para votar o Projeto de Lei n.º 313/2021.

Requerimento prejudicado.

Requerimento n.º 1770/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 199/2022, da Ordem do Dia. **Requerimento Prejudicado**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 8 de junho de 2022, às 9h30, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 466/2020, 671/2020, 693/2020, 79/2022 e 183/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 362/2016, 763/2021, 200/2022, 208/2022 e 209/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 31/2022 e 176/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17:31, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)